



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: SOUZA SANTOS

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 18 DE SETEMBRO DE 2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Bom dia a todos e a todas.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 19ª audiência pública do ano de 2017. Presentes os Srs. Vereadores da Comissão de Política Urbana: José Police Neto, Rodrigo Goulart, as Vereadoras Rute Costa e Edir Sales. A Bancada do PSD presente.

Também está abrilhantando a nossa audiência pública o Vereador Juscelino Gadelha.

Agradeço a presença dos Srs.: Wilson Poit, Secretário Municipal de Desestatização e Parcerias; Juliana Natrielli Medeiros Ribeiro dos Santos, Secretária Adjunta Municipal da Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo; Sérgio Lopes Cabral, Diretor de São Paulo Parcerias; Ricardo Bargieri, Secretário Adjunto Municipal da Secretaria de Desestatização e Parcerias.

Ainda, esta audiência dedica-se a debater as concessões dos mercados e sacolões municipais, no âmbito do Plano Municipal de Desestatização.

Esta é a 16ª audiência pública, do PL 367/17, de autoria do Executivo e a 3ª, exclusivamente, para tratar dos mercados e sacolões, conferindo à sociedade paulistana, especialmente, aos comerciantes e permissionários que atuam na área, mais uma oportunidade para se inteirarem sobre as propostas da Prefeitura e de contribuição com suas sugestões.

Esforços representados pelos muitos debates que vêm ocorrendo, desde julho, estão resultado em mudanças positivas fruto do diálogo entre o Poder Público e a população, contando com a intensa atuação dos Vereadores, desta Casa, sempre.

O exemplo disso é a minuta do substitutivo ao Projeto de Lei apresentado pelo Executivo, na última sexta-feira, 15/09, que foi objeto de audiência pública no final de semana. Entre as mudanças realizadas, verifica-se a inserção de garantias expressas, no corpo da lei, como a vedação de cobrança nos parques municipais e o desmembramento de equipamentos como mobiliário urbano, bicicletários, serviço de guinchos e estacionamentos de veículos.

Quanto aos mercados e sacolões municipais, o substitutivo assegura direito de preferência aos permissionários e faz menção pontual de inclusão do Mercado Municipal Paulistano, o Mercadão, e do Mercado Kinjo Yamato, ambos integrantes do Complexo da Cantareira.

Tais avanços, entretanto, não diminuem a relevância dos argumentos que vêm sendo definidos, desde o início, tais como, tratamento individualizado para concessões dos diferentes estabelecimentos, atenção especial a *expertise* das múltiplas e ricas experiências dos comerciantes que atuam no setor, com a preservação das características e tradições de cada unidade, adoção de mecanismo que assegura a valorização das atividades esportivas e garantias dos instrumentos de gestão participativa, por meio de conselhos nos quais tenham assentos representantes dos permissionários e usuários.

Apenas para citar alguns exemplos, viu Secretário.

O espaço para abordagens das alterações formuladas e o equacionamento dos pontos evidenciados encontram-se em aberto para discussões.

Com a palavra o Secretário Wilson Poit. Quer fazer a abertura já ou há algum destaque inicial?

Obrigado, Sr. Secretário.

Agradeço também a todos pela presença.

O SR. WILSON POIT – Bom dia a todos.

É um prazer estar com vocês novamente. Não posso deixar de agradecer e cumprimentar o Vereador Souza Santos, Presidente desta comissão; também os Vereadores presentes Goulart, Police Neto, Edir Sales, querida Vereadora Rute, Juscelino, querido Vereador e meu ex-conselheiro na SP Turis, a todos os membros da mesa e aos senhores empreendedores dos mercados municipais.

É com muita tranquilidade que estamos aqui mais uma vez. Creio que é a nossa 21ª audiência pública aqui, do PL 367, de todas as comissões. Só de mercados é a terceira.

Gostaria também de transmitir aos senhores que nós estamos num momento de muito diálogo. Além das audiências públicas, como os senhores sabem, apenas na semana passada eu recebi duas comissões dos mercados, uma bastante grande com representantes de vários mercados e Vereadores - a D. Fátima está aqui e estava lá também – recebi, numa outra reunião, o Deputado Fernando Capez e uma comissão dos senhores. Nós estamos ouvindo bastante.

Creio que uma prova de que esta Administração tem sido bastante democrática é o diálogo nesta Casa que está aberto. Inclusive, o fato de que dentro do PL 367, por exemplo, nós dividimos todo o projeto de desestatização, do Prefeito João Doria, em seis projetos de lei, que estarão nesta Casa até o final deste mês.

Há um PL só para a privatização do Anhembi e outro só para a privatização de Interlagos, que são os casos de privatização. Temos PLs de concessão de cemitérios, em separado, PL de concessão do Pacaembu, que foi aprovado, já está no mercado.

No PL 367, que é este aqui, temos a concessão de bilhetagem, dos mercados municipais, dos parques municipais e outros equipamentos.

Para todos eles nós já publicamos PMI e estamos no mercado vendo quem são os interessados. Alguns até um passo à frente, como é o caso do Bilhete Único, por exemplo, e dos parques.

No caso de vocês, os mercados municipais, talvez seja o único ponto do 367 que nós ainda não soltamos um chamamento para saber quem está interessado e ouvir os estudos. Será o passo seguinte agora, em que nós queremos ouvir, mas estamos ouvindo todos vocês primeiro para depois publicarmos o que nós chamamos de PMI – Procedimento de Manifestação de Interesse -, quando faremos, num primeiro momento, o cadastramento de quem tem interesse, seja de empresas interessadas ou, principalmente, das associações de alguns mercados, de todos os mercados, para ouvir qual é a ideia e o interesse de vocês, no papel, de fazerem a gestão dos mercados municipais.

Como tem dito o Prefeito João Doria – eu também tenho repetido aqui -, é foco desta Administração Pública se preocupar com o que esta cidade mais precisa de atenção, de energia e de recursos, ou seja, a educação, saúde, habitação, população de rua, assistência social, segurança.

Não é nosso foco, não é foco do Governo, cuidar de mercados municipais, de serviço funerário, do Anhembi, de autódromo. É foco nosso o que é prioridade para a Cidade.

Penso que chegou a hora e a vez dos mercados municipais aproveitarem o momento da aprovação desta lei, participação ativa depois na fase de cadastramento e estudos.

Aprovar esta lei, nesta Casa, com o substitutivo que foi apresentado agora, continuaremos abertos ainda à negociação até o último minuto. É um grande passo para vocês, uma grande oportunidade depois de décadas em que vocês puderam sentir diversos problemas, que inclusive vocês já trouxeram, coisas que têm de ser melhoradas, denúncias, coisas injustas que devem ser resolvidas.

Este é o momento de parar de andar de lado, aprovar esta lei e fazer um novo momento para os mercados municipais, mantendo os permissionários, trazendo uma gestão

profissionalizada, deixando o dinheiro que se arrecada lá nos mercados para a sua melhoria.

Os mercados precisam sim parar. Não podem continuar do jeito que está. Vocês mesmos nos trazem diversas sugestões.

Os mercados precisam de uma reforma, de mais clientes e mais movimento para vocês. Também precisam de uma pintura, reformas interna e externa, alguns deles, precisam de melhores banheiros e mais dignos, acessibilidade em todos eles - alguns estão muito bem, mas outros precisam muito -, precisam ocupar espaços vazios, estacionamentos disciplinados.

Que essa receita fique para o concessionário vencedor aplicar numa contínua melhoria, para os mercados que hoje já são uma das melhores atrações turísticas, desta cidade, ganhem mais protagonismo ainda, como ocorre em muitos lugares do mundo. É o lugar aonde todos os turistas irão com prazer, serão bem atendidos por vocês, mas serão tratados desde a primeira passagem pela porta de uma maneira mais digna.

Tenho sido procurado por muitos, com propostas. Nós gostamos muito disso. Algumas já estão agregadas ao substitutivo, outras ainda nós estamos conversando esta semana. Agora o meu grande pedido a vocês é apoio, união, para fazermos juntos. Não percam a oportunidade de aprovar uma lei para concessão dos mercados. Do jeito que está não pode ficar. Como alguns vieram me pedir: tira do projeto, tira do 367, deixa para depois. Não percam esta oportunidade.

O Prefeito João Doria e a nossa Secretaria têm uma fila - está hoje na *Folha de S.Paulo* - de projetos para trazermos aqui de desestatização. Em seguida, vem o Anhembi, depois Interlagos, os cemitérios e muitos outros problemas.

Isso pode ficar para depois? Não é bom ficar para depois. Vocês mesmos sabem que é a hora de aproveitar para melhorar. Tirar desta lei deixando para o futuro, esse futuro pode demorar muito. Vocês podem continuar, apesar do sucesso, apesar das famílias que estão lá há 40, 60 anos, nós queremos que continuem, mas a gestão pode continuar andando de lado, por muitos e muitos anos.

Esta é a hora de melhorar os mercados, de participar. Parabéns por estarem sempre presentes, por terem feito parte talvez da maior audiência que nós já fizemos com quase 700 pessoas. Agradeço muito mesmo. Os microfones estarão abertos para ouvir mais sugestões, teremos também a palavra dos Vereadores.

Vou pedir licença para vocês porque, hoje, 11h, vou me retirar.

Por isso, estão também aqui o Secretário Ricardo Bargieri, meu Adjunto, o Dr.

Sérgio, que esteve em todas as audiências, a Juliana, Secretária Adjunta da Aline Cardoso, que está com problema pessoal, hoje, não pôde vir, mas todos permanecerão, anotarão as sugestões, até porque esta audiência é gravada.

Tenho uma reunião com o Secretário de Governo Júlio Semeghini, às 11h, inclusive, para tratarmos desses assuntos, das conversas que tivemos na semana passada e de tudo o que vocês já nos trouxeram nas outras reuniões.

Nós queremos muito pedir a esta Casa que o Projeto de Lei 367 avance, nesta semana, portanto é importante a audiência de hoje.

Agradeço a presença de vocês.

Peço licença, desde já, deverei me retirar por volta de 11h, mas a audiência continua.

Agradeço a compreensão do Presidente da mesa, Vereador Souza Santos, com o qual já conversei sobre isso.

Deixo um último recado: não percam este momento, não façam pressão para sair do 367; fiquem no 367, aproveitem o momento para disciplinarmos os mercados de São Paulo, pararmos de fazer atalhos e puxadinhos. Vamos fazer a coisa correta para que o dinheiro da gestão e o de vocês seja aplicado nos próprios mercados.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado Secretário.

Anuncio a todos que a lista de inscritos pode ser feita na secretaria. Aqueles que desejarem falar, já podem fazer as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Sérgio Lopes, Diretor da São Paulo Parcerias.

O SR. SÉRGIO LOPES – Bom dia a todos.

É um prazer, mais uma vez, estar aqui para discutir esse assunto tão importante para a Cidade. A ideia é fazermos uma apresentação rápida. Alguns até já conhecem. Mas para dar um pano de fundo para a audiência.

Pode passar, por favor.

Basicamente, estamos falando, num primeiro momento, dos 14 mercados municipais, que estão relacionados aqui. A gente já teve o prazer de conhecer a grande maioria dos representantes desses mercados. Esta é a lista.

Pode passar, por favor.

Vocês colocam e a gente repete, o mercado dá receita para a Prefeitura. Hoje, nós

arrecadamos oito milhões de TPU, sabemos que há problemas, como o Secretário colocou, mas é um ativo que traz receita para o Município.

Porém, por outro lado, muito por conta desse dinheiro não ser reinvestido e por não estar sendo alocado no mercado, existe hoje aí um *gap* de investimento, uma possibilidade de investimento, de algo em torno de 90 milhões em todos os mercados. Essa é a estimativa que nós fizemos, mas que, eventualmente, pode ser até maior esse número, a partir do momento em que você comece a realmente reformar as estruturas, tendo em vista que há estruturas tombadas, ou a grande maioria delas.

Hoje, os mercados são geridos pela Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo, está aqui a Juliana, Adjunta da Aline, e as associações fazem o rateio das despesas de dentro do mercado. Essa é a dinâmica que a gente encontra hoje nos mercados municipais.

Pode passar, por favor.

Aqui, só para gente exemplificar, enfim, dizer qual é o foco desse nosso trabalho, que é o investimento. Já foi dito várias vezes aqui pelo Secretário e por outros representantes da Prefeitura, a gente reforça, ninguém aqui está buscando ganhar dinheiro com o mercado. Aqui nós buscamos trazer investimentos para os mercados, para que a gente não encontre esse tipo de situação que está aqui colocada. Não é culpa da associação que está lá, já digo de antemão e para o Marlon que está presente, que é realmente um problema não ter recursos sendo aplicados no mercado. É isso que a gente quer resolver com a concessão.

Enfim, temos aí escadas rolantes paradas há muito tempo, uma realidade que vocês já conhecem no mercado.

Pode passar, por favor.

A outra coisa é a gente conseguir ocupar esses espaços ociosos que encontramos hoje nos mercados, ou seja, o mercado pode estar mais ocupado. De novo, tendo um espaço melhor, a gente traz mais pessoas. Como disse o Secretário, já é um ponto turístico da Cidade, a gente aumenta o fluxo e aumenta a receita de quem está lá, hoje, vendendo seus produtos que são famílias tradicionais, como disse o Secretário.

Pode passar, por favor.

Isso veiculado na mídia, mas o que a gente também observa é que, além desses problemas que encontramos nos mercados, existe o problema do entorno, ou seja, estacionamento, que hoje é gerido de forma inadequada, e algumas situações que se

encontram no entorno que também impossibilitam o aumento de fluxo de pessoas nos mercados que nós possuímos. Como disse o Secretário, a grande maioria dos projetos hoje, só não aconteceu com os mercados ainda.

Já soltamos a primeira etapa, que é o procedimento de manifestação de interesse. No caso dos mercados, ainda não soltamos, porque estamos nessa discussão válida e tentamos reforçar esse procedimento. O que a imaginamos tecnicamente para isso seria um PMI para os 14 mercados, e o benefício da concessão, que estaria colocado para os estudos, porque estamos falando de, num primeiro momento, obter estudos do que se fazer com os mercados: a melhoria do estado de conservação; os investimentos; melhoria da experiência de compra; a satisfação do cliente melhorar por conta do ambiente que encontra; investimentos em reformas e modernização; aumento do número de visitantes.

Premissas para o concessionário: realização de investimentos; provê-los de forma adequada; gerir os mercados de forma eficiente de acordo com o que é esperado pelos visitantes e por quem está lá hoje, que são os atuais permissionários do mercado.

Retorno esperado para o município: a outorga, caso seja possível. Mas o nosso foco, como eu já disse, é o investimento.

Informações gerais: situação atual; necessidade de investimentos; falta de recurso para investimento; remuneração do futuro concessionário, ou seja, quem for administrar o mercado – novamente, estamos falando de concessão, não de privatização – poderá explorar o estacionamento, realizar eventos, fazer ampliações, ações de marketing, utilização de áreas ociosas – como já demonstramos, e os aluguéis.

Transição com os permissionários: um ponto que já abordamos e que já estava previsto na minuta desse PMI, qual seja: o permissionário ou quem fizer o estudo terá que fomentar a integração com os permissionários, os senhores que estão lá, só que com mais uma evolução, que é isso que o Secretário abordou, que no substitutivo apresentado já se avança para o direito de preferência, um tema que discute juntamente com os senhores.

Benefícios: melhorar a experiência de compra; mercado mais conservado,

valorização do entorno do mercado; aumento do número de visitantes.

Aqui esclarecimentos de audiências que já tivemos, e temos incluído isso para esclarecer melhor todos: preservação das características e tradições de cada mercado. Isso é uma cláusula imutável, porque, novamente não estamos vendendo o mercado nem alterando sua característica; o mercado carrega a história da Cidade, e queremos manter isso. Estamos falando em conceder a administração do mercado. Investimentos imediatos em reformas e modernização – não faz sentido fazermos esse processo todo e não exigir que o primeiro momento seja investimento e reforma. As associações podem participar do processo do PMI, e os concessionários serão obrigados a fomentar a integração com quem já está lá, com quem já tem a tradição do mercado.

Esse foi o último slide. Obrigado a todos. Fico à disposição para as perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado, Sérgio.

Registro a presença do Vereador Suplicy.

Passaremos, agora, à fala aos inscitos.

Tem a palavra o Vereador Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Presidente, vou ser muito breve porque já me manifestei em outra audiência muito parecida com esta e, por isso, mais uma vez, quero agradecer a cada um dos permissionários que têm, com todo o respeito a esta Casa, contribuído, apresentado ideias e fórmulas para podermos avançar. Muitos dos Vereadores visitaram os mercados ou são visitados diariamente pelos permissionários dos mercados; há uma integração muito positiva.

Quero reconhecer o esforço que os Secretários e todas as equipes vêm fazendo em nos escutar, mas vou tratar de uma questão que me parece, neste momento, a mais importante. Todos os permissionários têm o desejo de contribuir mais com a Cidade e falaram isto em todas as reuniões: do conhecimento que trouxeram até aqui e da vontade de projetar

São Paulo ainda mais e seus polos regionais, à medida que temos mercados que funcionam como elemento de aglutinação e atração internacional, já que temos polos de atração regional, polos que, efetivamente, organizam territórios na cidade de São Paulo.

A maior preocupação que se tem é com o modelo utilizado para isso acontecer, é de como será o dia seguinte à aprovação da lei. Em tese, a lei dá a todos uma garantia aos permissionários e, portanto, às famílias que, ao longo dos 20, 30, 40, 50 anos, ajudaram na organização da Cidade.

Ficamos muito felizes com a apresentação do substitutivo porque ele traz dois elementos: o primeiro é que, pela primeira vez, se redige no texto de lei uma prioridade para os mercados, uma prioridade para os permissionários que ao longo de anos vêm mantendo acesa a chama dos mercados públicos na cidade de São Paulo, muitas vezes sem muita contribuição do Poder Público, disputando com grandes corporações privadas. O que estamos dizendo aqui é que, paralelamente a isso, um dos elementos que estavam no projeto mobiliário urbano foi retirado para um projeto específico. De maneira correta, a Administração deu um passo atrás e optou por um redigir um projeto específico.

Acredito que temos todas as condições de ter uma saída muito positiva com grande performance, com novos investimentos por parte da atividade econômica que já está dentro dos mercados com uma nova modelagem, mas não me parece que tenhamos conseguido, ao longo desses dois meses de debate... (Pausa) Brasil, peço para você fazer silêncio, porque o pessoal está preocupado com o debate.

- Manifestação no recinto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Então, está bem.

Acho fundamental entendermos essa regra, porque nos parece que, no dia de hoje, podíamos selar um acordo muito parecido com o que foi feito com o mobiliário, que sai do projeto como um todo e vai para um projeto específico, com tratamento específico de suas regras. Acredito que construímos uma relação de confiança com as autoridades executivas

para também termos isso, com algo fixado na própria lei a ser aprovada, com 120, 160, 90 dias de transição entre a sanção do Prefeito do projeto completo que está sendo discutido nesta Casa para a apresentação de um projeto específico, que aí, sim, vai conseguir coroar o esforço que já vem sendo feito, mas cuja estruturação ainda não foi possível.

Algumas contribuições foram dadas pelos parlamentares de diversos setores, esquerda, da direita, do centro, reconhecendo que há hoje uma unidade. Todos os Vereadores querem a evolução do ambiente físico dos mercados, mas não apresentam nenhuma necessidade de troca dos atuais permissionários para os outros. Muito mais do que isso: o que se pretende é permitir a esses permissionários um desenvolvimento ainda melhor para aquilo que já vem acontecendo.

Muitas vezes, as alternâncias de poder, que são absolutamente necessárias na democracia, geravam, para a gestão dos mercados, algo muito negativo. Se é bom escolhermos novos gestores para a Cidade, não eram os permissionários que escolhiam a cada quatro anos seus novos gestores por competência, e todos nós sabemos disso e sofremos com isso.

Por isso, faço uma sugestão ao nosso Secretário e à equipe que o acompanha, à equipe da Secretaria de Trabalho: nós evoluímos muito; talvez nunca tenhamos nos reunido assim por duas, três, quatro vezes como fizemos. Hoje existe uma relação de confiança sendo construída e acredito que ela possa dar um resultado vigoroso para a cidade de São Paulo, de captar os 90 milhões de reais que são necessários aos investimentos físicos nos nossos mercados com a participação ativa dos atuais permissionários e com uma evolução sensível.

Falo isso não em meu nome, mas em nome da Bancada do PSD, que acredita, sim, que o modelo é este: transferir para o agente privado a gestão desses mercados, mas não há, em nossa opinião, neste momento, melhor gestor privado do que cada um dos permissionários que lá já estão.

Essa vai ser a nossa luta aqui na Câmara. Contem conosco. Secretários e equipes

que os acompanham, contem conosco para que, nesse intervalo de 120, de 90 dias da aprovação da lei, tenhamos as condições de oferecer, juntamente com o Executivo, uma lei específica aqui na Câmara, com as regras claras, para que ninguém tenha dúvida e para que a Cidade não corra o risco. Os 14 mercados e os 17 sacolões terão os seus melhores gestores, os melhores investimentos a partir daquilo que já consolidou como excelência.

Muitas das vezes, fala-se da baixa qualidade dos mercados, mas eu e muitos Vereadores visitamos muitos – para não dizer quase todos –, e todos eles têm banheiros melhores do que muitos daqueles privados, que sequer banheiros oferecem. Quando se chega a um mercado público, sabe-se a localização do banheiro. Nos mercados privados, dificilmente alguém informa onde é ou fala-se que é só para funcionário. Eu sei disso.

Portanto, vamos parar um pouco com a hipocrisia de dizer que o do privado é sempre melhor do que o nosso, que é público. Vou defender o público, que é nosso, sempre, com as qualidades que têm e com as deficiências que têm também. Enxergar os nossos problemas é corrigir o nosso rumo, e eu acho que temos condições de corrigir o nosso rumo, porque estamos num governo aberto, que tem discutido todos os dias conosco, com todas as dificuldades que há.

Não pensem que não nos desentendemos, não. A gente se desentende e, às vezes, até briga, mas sabemos reconhecer quando erramos. Aproveito para deixar o meu pedido de desculpa ao nosso Secretário por um pequeno desentendimento que tivemos no sábado. O que queremos é brigar para ter uma Cidade melhor todos os dias, e tenho a certeza de que, com os 14 mercados e com os quase mil permissionários que há hoje, vamos fazer muito melhor quando dermos mais poder a eles.

É isso o que queremos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Muito bem.

Obrigado, Vereador Police Neto, pelas palavras.

Anuncio a presença do Vereador Gilberto Nascimento e também do Sr. Aurélio

Costa, Coordenador da Cosan – Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional.

Tem a palavra o Sr. André Luzzi, do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – Comusa – SP.

O SR. ANDRÉ LUZZI – Bom dia. Queremos trazer aqui um debate muito importante, que deve ser feito neste ambiente da Câmara, da relação com o Executivo: política de abastecimento popular para a Cidade, que revela o direito humano à alimentação. A gestão é um passo fundamental na execução dessa política, mas antes precisamos pensar bem essa política de abastecimento e que os mercados e sacolões são fundamentais para a sua concepção.

Nós do Conselho Municipal de Segurança Alimentar, por força de lei, realizamos uma oficina sobre abastecimento público na Cidade e identificamos o papel importante dos mercados e sacolões, mas há um viés que é preciso ser restaurado: a função social dos mercados e sacolões.

Estamos vivendo uma crise enorme no País. Dados do Governo do Estado publicados no *Diário Oficial* mostram que a população desempregada tem recorrido aos restaurantes Bom Prato. Isso significa que as pessoas de baixa renda precisam de lugares mais acessíveis para comprar alimentos, e esses lugares são os mercados públicos, os sacolões, a feiras. Não se trata apenas de discutir se queremos um shopping dos novos ou antigos permissionários, mas de restituir o caráter público e social dos mercados e sacolões.

Por isso, queremos muito ouvir aqui um debate generoso sobre essa política. Por exemplo, como garantir que os mercados e sacolões vão viabilizar as políticas de segurança alimentar e nutricional para a compra de agricultura familiar, para a compra de alimentos orgânicos e agroecológicos com a garantia de bancos de sementes nesses equipamentos, com bancos de alimentos para combater o desperdício?

É muito importante, então, que até demoremos um pouco mais para discutir o tema, porque não há essa celeridade toda que está sendo apresentada pelo Executivo. Temos é que

refletir como vamos trazer a política e garantir uma boa gestão conjuntamente.

Entendemos que é importante fazer uma análise dos impactos da concessão para a segurança alimentar e nutricional da população. Nesses 13 pontos que foram identificados, muitas pessoas estão em situação de insegurança alimentar. A concessão pública vai aumentar ou diminuir a insegurança alimentar? Não há esse estudo. Quanto vai aumentar para a população e para os senhores permissionários para utilizarem os equipamentos? No *site* da Prefeitura, é possível ver o valor por metro quadrado da permissão da concessão, mas quanto vai ser daqui um ano? No aeroporto de Guarulhos, um box pequeno custa 180 mil reais. Como vamos criar um critério para que esses boxes e sacolões tenham interesse público, para que empreendimentos da economia solidária possam utilizar os boxes, para que os jovens empreendedores, que não têm um grande capital para alugar um equipamento, possam utilizá-lo?

Para concluir, vamos protocolar uma recomendação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional para assegurar o direito humano à alimentação, à articulação das diferentes políticas e até para pararmos um pouco o processo para fazermos um estudo de viabilidade e de impacto na segurança alimentar e, com isso, apresentarmos um substitutivo, que, no conjunto da lei, haja critérios efetivos para garantir a segurança alimentar nos mercados e sacolões. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado, André.

Registro a presença do Líder do PT, Vereador Antonio Donato, nosso sempre Presidente.

Tem a palavra a Sra. Fátima Habimorad, do Mercado Municipal de Santo Amaro.

A SRA. FÁTIMA HABIMORAD – Bom dia a todos. Em primeiro lugar, muito obrigada pela oportunidade que o Prefeito João Doria está nos dando; é o primeiro Prefeito, em muitos anos que nos coloca nesta posição de discutir o que será feito dos nossos mercados, tão abandonados nos últimos anos. Em segundo lugar, quero agradecer a toda a Mesa e aos

Vereadores presentes da Casa.

Temos hoje aqui uma situação inédita: de um lado, nós, mercadores e comerciantes; do outro lado, a Mesa, composta por Vereadores e Secretários que fazem parte da equipe do Prefeito João Doria, todos eleitos por nós, povo da cidade de São Paulo.

Gostaria de dizer que caminhamos muito. Foi uma costura e uma construção em cada conversa, em cada encontro. Digo que com esse novo substitutivo nós não avançamos muito, porque ele nos dá a prioridade, em condições de igualdade nós ganhamos, mas nós não sabemos quem é o nosso concorrente. Nós não temos estrutura financeira para isso, nós somos pequenos comerciantes que, juntos, fazemos muito, mas não temos dinheiro para isso.

Então eu peço um olhar de todos na construção, na saída dos mercados dessa PL e na construção, mas não com uma posição assistencialista do governo, mas com um projeto, “em tanto tempo vocês farão isso”, na construção de uma nova legislação para os mercados.

Quero aproveitar que a fala desse último moço, o André, me sensibilizou demais, porque acho que os mercados e sacolões têm condições de levar uma política desse sentido de assistência aos menos favorecidos num modelo público, porque no modelo privado o que importa é o lucro e, para nós, não importa o lucro. Importa o lucro do nosso negócio, mas não do conjunto. O conjunto está para sermos fortes, unidos e prestarmos uma grande contribuição ao Município de São Paulo e ao Prefeito.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Muito obrigado, Sra. Fátima.

Sra. Maria Aparecida Bianchi, do Mercado Ipiranga.

A SRA. MARIA APARECIDA BIANCHI – Bom dia. Vou reforçar o que a Fátima falou, mas antes disso, Sr. Wilson e Sérgio, peço desculpa. Não é pressão que a gente está fazendo. A gente está igual a vocês. Nós queremos melhorar e agradecemos essa oportunidade que nos deu para que a gente se unisse. Uma coisa que a gente nunca teve era união. E a gente quer melhorar.

Só que tem uma grande coisa: agradeço a prioridade que pôs no substitutivo, é ótimo. Só que nós vamos ter que fazer toda aquela documentação que tem que ser feita para a concessão, que é arquiteto, engenheiro, advogados. E esse dinheiro que a gente até pode, que a gente mantém os mercados até hoje mesmo sem ajuda, está todo... Se você entrar, os mercados estão limpos. Podem não estar bonitos, lindos, maravilhosos como o *shopping*, mas eles estão limpos, estão vendendo coisas de qualidade, estão atendendo a população individualmente. O que falta atualmente é a conversa do cliente com a pessoa. Então eu acho assim: que haja uma maneira de tirar essa documentação que é muito cara. Esse dinheiro que a gente pode conseguir a gente pode investir no mercado e não no papel para concorrer. E a gente nem sabe com quem a gente vai concorrer.

Então a gente pede para tirar não é por pressão, é a dificuldade de fazer a documentação. Então torno a falar como falei quarta-feira: ache uma documentação específica, que dê condição, e não a concessão. Por isso a gente pede para retirar. A gente quer fazer, a gente está dando até prazo. Vai tirar o projeto de lei, mas em 90, 120, a gente senta todo dia, tem um grupo que a gente larga as lojas e estamos vindo às reuniões, e fazer e entregar. Mas, por favor, achem um projeto específico para nós, porque senão não vai dar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado, Sra. Maria Aparecida, pelas palavras.

Sr. Marcos Bonini Flores, do Sacolão Lapa de Baixo, por três minutos, por favor.

O SR. MARCOS BONINI FLORES – Bom dia, senhoras e senhores. Agradeço ao poder público a oportunidade de, como cidadão, me manifestar. Espero ser prudente na minha fala. Estou aqui representando o Sacolão da Lapa de Baixo. Não tive ainda oportunidade de me aprofundar no que vem de fato acontecendo quanto ao Plano Municipal de Desestatização, mas aqueles que me antecederam trouxeram algumas preocupações que são comuns.

Antes, abro parênteses dizendo o seguinte: a razão de o Estado existir é o cidadão, nunca o inverso. Se de fato há o poder público é porque nós, cidadãos, existimos e o poder

público tem que nos ouvir de tal sorte a caminharmos juntos de maneira a efetivar um resultado positivo. Quando se fala do interesse público não se fala exatamente daqueles que exercem o poder público, mas efetivamente daquilo que atende necessariamente ao interesse do povo.

Nós estamos aqui preocupados com essa questão, de sorte que esse projeto que vem sendo realizado não venha algo que – perdoem a expressão – nos enfie goela abaixo. É necessário que as pessoas envolvidas na gestão do interesse público possam nos ouvir e verificar de que maneira essas coisas irão acontecer.

A preocupação minha, no momento, significa o seguinte: o que isto efetivamente vai onerar as pessoas que receberam a concessão de uso tanto dos mercados que já existem há muitos anos, como dos outros espaços, a exemplo do que acontece com o Sacolão da Lapa, um espaço utilizado embaixo do Viaduto da Lapa, que ainda existe um espaço bastante ocioso e – me permitam – infelizmente mal administrado. Mas com a ocupação que tem agora está melhorando a localização, está atraindo os moradores locais. Inclusive o restaurante que existe ali deu uma configuração melhor e diferente para a localidade.

De repente é um projeto que vai trazer uma oneração e que os permissionários não vão suportar. Eu penso que é interessante as autoridades envolvidas nisso verificarem a situação de modo a não prejudicar o desenvolvimento, o empreendedorismo que ali está acontecendo. A mim, particularmente, está despertando essa preocupação.

Agradeço a oportunidade que nos foi dado e peço às autoridades que atentem para isso. Grato. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Muito obrigado. Para a gente equilibrar um pouco a questão dos inscritos, vamos ouvir o Líder do PT, nosso querido Vereador Antonio Donato, por favor.

O SR. ANTONIO DONATO – Bom dia. Cumprimentar, na pessoa do Souza Santos, nosso Presidente, todos os colegas vereadores, o Secretário Poit, todos os gestores presentes, e parabenizá-los pela mobilização e pela luta numa questão bastante importante para a

Cidade.

Quero fazer algumas reflexões aqui sobre a inclusão dos mercados e sacolões no 367. Acredito que esse tema merecia ser discutido num outro espaço e num outro projeto. Por quê? A lógica do 367 são concessões para desonerar o poder público de custos. Não é o caso de vocês, não é o caso. Porque eu aprendi aqui na última audiência pública que se arrecadam nove milhões e se gastam menos de dois milhões com os mercados e sacolões, portanto a gente tem um saldo de sete milhões.

Aí o argumento que vem é assim: nós precisamos remodelar os mercados e precisamos de investimento de cerca de 90 milhões – as contas apresentadas aqui. Sete milhões, se se transformam num fundo, em 13 anos todos os mercados estão reformados sem precisar fazer concessão. (Palmas) Então me parece que existem outros caminhos.

Aqui também escutei, na outra audiência pública, que vocês reivindicavam uma prioridade de quem construiu esses mercados. Os mercados não são prédios; eles são os concessionários que ao longo de décadas de esforço, muitas vezes de gerações de suas famílias, construíram aquele ponto – falando numa linguagem mais comum do comércio. Infelizmente no substitutivo isso não está contemplado.

Falar que existe prioridade em condições de igualdade, isso é nada, me desculpem, isso é nada, porque como será feito o edital? De que maneira será feita a concorrência? Na lógica apresentada pelo governo, se o problema é de investimento, o edital tem que ser feito em cima de investimento; ou seja, quem aporta mais investimento em menos tempo para reformar o mercado. Se esse é o problema, o edital tem que ser assim. E de que maneira os concessionários vão competir como Extra, com o Carrefour? De que maneira, se essa é a lógica? (Palmas)

Então eu acho que colocar dessa maneira não é adequado. É necessário construir outro caminho em que de fato essa prioridade seja construída. Por isso o meu apelo ao governo é que se retirem os mercados e sacolões do 367 e se abra, com prazo determinado,

dois, três meses, um processo de negociação para valer. (Palmas)

Porque não se pode descartar, e acho que a lógica de que os concessionários se organizem e cuidem dos mercados me parece razoável, muito louvável, até porque na prática é assim hoje. Quem conhece sabe que na prática é assim. Então, se o poder público quer se desonerar dessa administração e quer transferir de verdade para os permissionários, é fácil: vamos fazer outro projeto, construir outra lógica que não é a lógica do 367. Esse é o meu apelo ao governo.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado, Vereador Donato, pela participação.

Vamos ouvir o Mario Tavares, do Mercado Paulistano. Em seguida o Juscelino Gadelha.

O SR. MARIO TAVARES – Bom dia, pessoal.

Queria agradecer ao Prefeito João Doria por essa possibilidade. Nós não somos contra a concessão, principalmente pelo fato de que isso pode ser até um divisor de águas para a nossa situação. Acredito que é melhor ficar com os permissionários.

E agradecer ao Wilson Poit, ao Sérgio, da (ininteligível), ao Rodrigo Goulart, ao Ricardo Nunes e ao Police Neto. São pessoas que vêm atendendo a gente com paciência, e a gente é chato, a gente todo dia está aqui na Câmara, está procurando.

Nessas idas à Câmara, nós temos notado alguns vereadores citando o fato do aluguel dos mercados serem baratos. E isso, até o momento temos esclarecido quanto custa, até alguns não sabiam que os mercados pagavam, não pagavam, acredito que até antes dessa possibilidade eles achavam que a Prefeitura bancava todo esse custo dos mercados e a gente vivia numa situação tranquila. E não é essa a realidade.

Então, vou dar o exemplo do mercado, mas é uma realidade de todos os mercados. Eu não tenho informações dos outros, então, falo só do Mercado Paulistano. Se você contar o

Poa do Mercado que no ano passado foi de 5,5 milhões e temos um gasto de condomínio de 8 milhões, só o Mercado tem um gasto maior do que a arrecadação da Prefeitura. Mas com esse dinheiro todo por que não faz uma escada rolante? Toda vez está aqui a escada, mostrando, o pessoal brincou em fazer uma vaquinha, consertar a escada e acabam os problemas. Seria bom.

O Mercado é o único mercado que funciona 22 horas, e não tem banca funcionando 22 horas, quer dizer, temos um gasto de 22 horas e usamos 8, 10, 12 horas. Quem usa 12 horas, logo vai ter mais 10 horas de condomínio que não utiliza e claro, não arrecada com isso. Logo é injusto falar que o preço que é pago é pouco, não é essa a realidade. Isso exige uma readequação de horário do Mercado. É o único mercado que funciona dessa maneira com esse horário.

Esclarecendo bem, não é pouco o que o Mercado paga e nem os outros mercados que pagam todas as despesas também, segurança, limpeza, para manter aquilo. A respeito de banheiro do mercado, teve uma reportagem sobre o Mercado, disseram da cobrança do banheiro. Era um tipo de saída, a gente não queria onerar cliente, não queria fazer nada disso, era só uma saída para fazer um banheiro melhor. E sempre quando questionado o banheiro do Mercado, era questionado como um banheiro particular, não é, é um banheiro público. E eu duvido achar um banheiro público melhor do que o do Mercado. Se fosse um mercado particular, a gente veria quem entra e quem não entra, mas não é essa a realidade. É um banheiro público e duvido arranjar um banheiro público melhor do que o do Mercado. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Tem a palavra o Sr. Juscelino Gadelha, o nosso sempre vereador.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Bom dia a todos. Obrigado, Sr. Presidente. Primeiramente eu queria parabenizar a UNA pela movimentação, continuar organizado e no dia da votação todo mundo fecha para os funcionários irem para a porta, pressão com os

vereadores, para saber como será o nosso futuro. Então, essa organização é muito importante.

Temos duas discussões; a primeira colocada pelo Vereador Police Neto, junto com o Governo que é tirar o mobiliário neste momento que são os mercados, e fazer um substitutivo e discutir com o Governo para ver qual será o substitutivo que vamos fazer. essa é uma posição. A segunda posição é a que o Vereador Donato colocou, que tira o projeto de lei dos mercados desse PL e daqui a 120 dias se discuta um projeto específico para a questão dos mercados.

Acho que as duas posições são favoráveis, porque do jeito que está hoje, estamos perdidos, os permissionários estão perdidos, está aberto, mas se tirar o mobiliário, como já foi tirado pela informação que chegou, que será uma discussão contínua, até saber o que vamos colocar no substitutivo, acho que o Vereador Donato podia nos ajudar no encaminhamento nesse sentido. Acho que é o Governo que colocou isso. Na reunião que tivemos com Nilton Flávio, queria agradecer ao Secretário na semana passada em duas reuniões, o Governo, o Secretário Poit colocou que não era confortável para ele tirar os mercados e colocar na frente. Ele colocou que não aceita, tanto que já vem essa questão de tirar o mobiliário e fazer um substitutivo. Acho que poderia dar um conforto grande para a comissão que está discutindo, para os permissionários e construir essa nova ideia. O que vai estar lá eu não sei, não sei se vai ser bom, mas é um caminho. Para quem não tinha nada, hoje a gente tem um caminho que foi feito pela comissão do UNA, que queria parabenizar; pela pressão dos mercados junto a todos os vereadores desta Casa, a comissão conversa com os 55 vereadores. Todos os dias estão aqui pedindo ajuda, pedindo apoio, vários já estão apoiando, não sei os nomes deles, mas muitos deles.

Nesse sentido, queria colocar o seguinte: apoio à comissão, os mercados que estão participando, outras que estão ajudando na construção desse substitutivo. E peço ao Vereador Donato, se puder integrar isso para conseguirmos construir essa posição que interessa ao mercado, seria muito positivo, e o substitutivo. Acho que era isso que a gente queria, Vereador

Donato. E obrigado, Vereador Police Neto. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado, Juscelino. Vamos ouvir o Vereador Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART – Bom dia a todos, Vereador Souza Santos, em nome de quem cumprimento toda a Mesa, bom dia aos permissionários, estamos fortes na luta. Temos conversado diariamente com todos vocês, com a maioria, com os Presidentes.

Estive visitando alguns mercados, o de Santo Amaro é o que visito sempre, estive no da Lapa, é um exemplo que temos. Queria ter falado na presença do Poit, mas sei que o Sérgio e o Ricardo vão levar o recado para ele.

Acho que é importante porque a gente já vem discutindo com o Governo, por diversas vezes essa questão da prioridade, que não é prioridade, é justiça com os permissionários. Eles são os únicos e os que mais entendem da questão dos mercados e estaremos juntos com eles em todos os momentos.

Por enquanto não conseguimos que fosse apresentada uma forma de que realmente essa prioridade fosse garantida a eles. A gente sabe disso que não se pode numa concessão ter uma prioridade, estaríamos fora da lei. E o que queremos é estar dentro da lei, uma forma mais justa de se colocar.

Tem ainda algumas possibilidades de se fazer, mas se houver a garantia, como trouxe o Vereador Police Neto e trouxe também o Vereador Donato. Queria fazer uma colocação, o Juscelino falou que são propostas diferentes, mas não, são propostas idênticas, a retirada dos mercados e uma proposta de lei garantida pelo Governo, que se faça específica para ter exatamente isso, a garantia dos permissionários que estarão no comando dos 14 mercados e também dos sacolões. Se for dessa forma, é o caminho que temos hoje, realmente a retirada e o total apoio. Falo também em nome da bancada do PSD, temos alguns Vereadores Ricardo Nunes, Souza Santos, Donato, Vereador Suplicy que tenho certeza vão apoiar isso e os demais 55, se for dessa forma, dado a entrega dos mercados para realmente

quem entende, quem vai fazer a transformação que os mercados precisam, porque da forma que está não dá, quem realmente for fazer isso, que esteja pronto para fazer essa transformação, esse pessoal que está aqui.

Então, pessoal, contem com a gente para que a justiça seja feita com todos vocês.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado. Vamos ouvir a Vereadora Edir Sales, membro da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

A SRA. EDIR SALES – Bom dia. É super importante essa união de vocês, é um assunto da mais alta relevância. Sabemos que todos vocês trabalham diuturnamente, até escrevi uma frase para vocês: vocês estão há décadas ganhando o pão de cada dia, ajudam a Cidade no abastecimento de alimentos e não podem ser colocados de lado. Têm de ser ouvidos, para isso estão aqui, vejo a presença maciça de mulheres. As mulheres estão realmente ocupando bastante espaço para ajudar os homens. Não vamos arrumar confusão, não vamos falar que a mulher é melhor do que o homem, caminham lado a lado, juntos. É muito importante a presença maciça de mulheres para ajudar e trabalhar cada vez mais. As mulheres, junto com os homens, trabalham cada vez mais. E temos pessoas, se não todos vocês, que amam a profissão que exercem. É lidar com as pessoas, fazer caridade, muitos trabalham, se esforçam, mas também ajudam muita gente. O pessoal que vai lá e pode comprar um pouquinho de carne, de frutas, de verduras, vocês estão lá para atende-los, estão fazendo também um trabalho social. Essa atividade profissional é muito enriquecedora, muito importante para a Cidade.

O Secretário Poit precisou sair, mas vou deixar a pergunta para o Sérgio, que é Diretor de Parcerias, para falar com ele, a dúvida que temos que é importante. Vamos votar esse projeto, mas antes disso haverá mais reuniões, audiências, esse será a primeira de outras para discutir o assunto. Queremos saber se os permissionários que já estão, qual é a garantia que vão ter de que vão permanecer? Isso é importante. Melhorar a estrutura é fundamental, eu

moro na região de Sapopemba, Teotônio Vilela, Vila Prudente, temos dois mercados lá. A Elisângela até outro dia era a coordenadora do sacolão Teotônio Vilela, a Xuxa era coordenadora do sacolão Sapopemba. Então, temos ouvido muito de vocês, temos conversado bastante com os permissionários. Chegamos a fazer emendas parlamentares, algumas reformas em tempos atrás, agora temos de reformar tudo de novo.

Então, é claro que tendo uma concessão realmente com uma responsabilidade maior com todos vocês, permissionários, é muito importante para não haver injustiça mesmo. Agora, temos de ter o melhor, temos de sempre pensar no melhor, que vocês têm de ser ouvidos e que as demandas de vocês são muito importantes porque vocês estão lidando com tantos mercados e sacolões. Então, deixaria essa pergunta que é fundamental: se os permissionários que hoje estão trabalhando com seriedade e honradez, se esses permissionários terão prioridade para continuar? Essa é a minha pergunta, muito obrigada.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Muito obrigado, Vereadora Edir Sales.

As nossas inscrições estão encerradas. Ouviremos agora o Brasil Laerte, da Unesca. Tem dois minutos e meio porque da outra você ultrapassou o tempo.

O SR. BRASIL LAERTE – Eu sou presidente da Confederação de Sustentabilidade do Trabalho dos Empreendedores da cidade de São Paulo, CoSão Paulo, que é órgão da Unesca.

A minha tese desde a primeira audiência pública é a seguinte, inclusive várias falas feitas foram em cima dessa fala: não tirar os mercados do 367, mas os conselhos gestores em cada mercado, que já estão criados, para administrar os mercados, os permissionários que já estão lá há 10, 15, 25 anos. Criar uma empresa de economia mista, ali é municipal, com permissionário de cada gestor e com Executivo e 5% dos usuários. Essa é a minha defesa.

Eu vou falar pouco, vou encerrar a minha fala parabenizando o Vereador Police Neto. Ele deriva com o cenário, porque na gestão do Kassab, tinha um projeto na Cidade

querendo expulsar todos os empreendedores do centro da Cidade, da Santa Efigênia. Debatermos em audiência pública, inclusive, o vereador presidente da Casa teve de sair fugido pelas portas dos fundos pela tropa de choque. O Kassab nos quatro anos de mandato roubou o povo, 8,6 bilhões de reais.

E agora vem o projeto macabro, esse ladrão que está na presidência da República, esse outro vagabundo, levar 50 bilhões até o final do mandato dele. Eu quero dizer aos comparsas dele que do jeito que está não vai ficar, porque eu vou botar para quebrar em cima dessas canalhas....(ininteligível).(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – O Sr. Otávio, do Tucuruvi.

O SR. OTÁVIO – Bom dia, ouvindo a fala do Vereador Donato e a fala do Comusan, percebemos que o que falta no projeto do Governo é um levantamento, um estudo. De todas as audiências públicas, a gente percebe que sempre tem alguma coisa que não está muito claro nesse processo.

Eu estive na última audiência, privatização neste país não é um exemplo de transparência. Infelizmente eu volto com essa mesma impressão aqui. O que está claro é que a grande discussão é que na disputa com o grande capital, o pequeno permissionário perde. Está muito claro, é a grande dúvida. Eu percebo que falta uma discussão mais aprofundada a respeito disso. Percebemos que não é só a relação do permissionário com o seu box, é uma relação do permissionário dos mercados municipais com a Cidade. Daí a importância de poder aprofundar esse debate. Pode ser um formulário de coleta de assinaturas de um pedido de plebiscito sobre as privatizações e concessões. É um grande momento para debatermos isso e com tempo, porque assim conseguimos dialogar de fato com a Cidade. Ao cabo, essas audiências públicas feitas, nos horários e com todo respeito a presença de todos, elas não refletem o grande interesse da população. A população aqui fica fora dessas discussões pelo dia, pelo horário.

Então, acho que seria razoável audiências públicas aqui, da maneira como são

feitas nos horários, com todo respeito à presença de todos aqui, não refletem o grande interesse da população. A população aqui fica um pouco fora dessas discussões todo dia, pelos horários.

Então, acho que seria razoável que o Sr. Prefeito... O Sr. Prefeito não foi eleito para se desfazer dos bens da Cidade, foi eleito para administrar a Cidade. Eu acho que ninguém aqui deu um cheque em branco para o Sr. Prefeito, para chegar e desfazer, senão S.Exa. não tem o que administrar. Não é o caso aqui, mas a gente vê problemas na saúde, na educação etc.

Aqui a questão são os mercados. Então, acho que seria razoável, nobre Vereador José Police Neto, se aqueles Vereadores, que fato, insisto em dizer, que são contra esse modelo que está sendo colocado, de privatização e concessão, no caso dos mercados municipais, que vai fazer a disputa com grande capital, têm que dizer que são contra, têm que dizer claramente que são contra, porque a disputa é desigual e vai desleal. Isso está claro aqui. Nós não temos essa transparência aqui. Então, acho que seria razoável que o Sr. Prefeito da Mesa, Vereador Souza Santos, desse um encaminhamento, para que a gente pudesse debater. As pessoas têm que opinar sobre o que fazer com o que é público desta Cidade. Eu acho que a forma mais justa de a gente debater, de fato, quais são os problemas que esta Cidade tem, é de uma maneira mais transparente, para a gente se relacionar com a população.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Anuncio a presença do Vereador Ricardo Nunes, líder do PMDB.

Tem a palavra a nobre Vereadora Rute Costa.

A SRA. RUTE COSTA – Bom dia a todos. Quero cumprimentar a Mesa em nome do nosso querido Vereador Souza Santos. Eu gostaria, com rápidas palavras, dizer que nós temos acompanhado, a bancada do PSD juntamente com os Vereadores José Police Neto e Rodrigo Goulart, que são a nossa linha de frente, toda a discussão a respeito de mercado. Eu

queria dizer para V.Exas. que existe claro um desconhecimento das causas do mercado, mas só que nós estamos estudando e nos debruçando para entender, mais amiúde, o que os senhores passam.

Eu especificamente, muitos dos nossos queridos Vereadores aqui, o Sr. Juscelino, nós somos ligados ao mercado. Eu nasci e me criei no comércio. Meus pais foram comerciantes, foram feirantes. Eu sei o que o comércio é. Eu sei como os senhores vivem. Eu conheço a realidade dos senhores, e eu tento, sempre nossas reuniões, trazer um pouquinho dessa realidade. Eu sei o que os senhores passam e sei que viver, de comércio, neste País, aqui não é fácil. Imagino o que os senhores estão passando, mas quero dizer e fiz questão de falar, embora o meu Líder já tivesse dito tudo o que a gente precisa saber aqui, que a concessão e a maneira como vai ser feita essa nova feitura de mercado vai passar pela mão dos senhores e, enquanto os senhores não estiverem seguros do que vai ser feito, nada será feito. Eu acho importante que haja uma discussão exaustiva a respeito disso, porque só assim os senhores vão ter segurança do que fazer.

Eu sou psicóloga de formação, e há uma coisa que a gente tem medo, do desconhecido, onde os senhores estão pisando. Os senhores não sabem o que vai acontecer daqui para frente, mas para que os sanem essas dúvidas, só pensem a solução na mão dos senhores. A discussão tem que sair das mãos dos senhores.

Então, eu queria dizer que muitos outros projetos foram feitos sim. A mobilidade urbana e o compartilhamento de bicicletas foram assim, com algo específico. Vamos nos debruçar e vamos conhecer. Isso é um namoro. O Governo tem que namorar com os senhores e os senhores com a gente. Os senhores têm que conhecer, os senhores têm que ter segurança no que vão fazer, para depois os senhores saírem seguros com a solução na mão.

Eu digo para os senhores: “Se precisar de mais tempo, por que não?” Vamos discutir com mais tempo, mas o importante é que os senhores fiquem seguros, sabendo que existem Vereadores aqui que estão apoiando, estão debruçados e estão estudando; e nós

fomos eleitos pelos senhores, para fazer o melhor que for para o povo. Nós temos consciência disso.

Então, quero só vir aqui e dizer que estamos solidários aos senhores. Estamos estudando, estamos com os senhores. Contem conosco.

Eu queria encerrar minha fala contando uma historinha. Uma vez, eu disse para meu pai: “Pai, por que a gente tem que rezar? Por que tem que orar todo dia? Deus sabe que nós o amamos”. Aí meu pai falou: “Vou te contar uma historinha, que vai fazer você se sentir melhor”. Eu falei: “O que foi?” Ele disse: “Um menino fez um barco e, depois de feito, lixou o barco, fez o barco bonitinho e botou no rio, para navegar numa lagoa perto da casa dele, e o barquinho foi correndo e a correnteza levou o barco embora, e ele perdeu o barco”. Esse é o sentimento que os senhores estão tendo nesse momento, de ver o seu barquinho indo rio afora, mas eu quero dizer aos senhores que aquele barquinho foi achado, e que, quando ele foi encontrado e alguém devolveu o barco para ele, o garoto abraçou o barco e disse assim: “Você é meu duas vezes, uma vez porque eu te fiz e outra vez porque eu te resgatei”. Então, é essa a sensação que eu quero passar para os senhores. É dos senhores. Vai ser resgatado de uma melhor maneira. Todos vão ficar satisfeitos e nós estamos aqui para garantir isso.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Nobre Vereador Antonio Donato, que foi Presidente da Casa na gestão passada, nos dois últimos anos, 2015 e 2016, para V.Exas. terem ideia, eu sou testemunha, nobre Vereador José Police Neto, nós somos da Comissão de Política Urbana já há alguns anos dentro desta Casa. O Sr. Prefeito Haddad trouxe o projeto de zoneamento a esta Cidade no ano e nós nos debruçamos em cima desse projeto, na presidência do Vereador Gilson Barreto e o Vereador Paulo Frange como relator. Nós fizemos 48 audiências públicas na Cidade, nós rodamos a cidade de São Paulo inteira.

Eu queria discordar um pouquinho, Otávio, quando o senhor disse que a audiência pública não reflete a vontade da população. Reflete sim, porque nós fizemos audiências

públicas e o foro adequado é esse aqui. O foro de discussão para tirar ideias ao projeto, até o substitutivo, é aqui, onde nós vamos fazer.

Parabéns pelas palavras, nobres Vereadores José Police Neto e Rute Costa, quando colocam exatamente isso. O Sr. Prefeito manda para cá de uma forma, mas não quer dizer que nós vamos entregar da forma como S.Exa. trouxe. O Vereador está aqui para isso. S.Exa. colocou. Nós somos representantes dos senhores. Se precisar fazer mais audiências públicas, nós faremos. Se precisar fazer outras intervenções, nós faremos, porque o foro de discussão é esse, são os Vereadores.

O Vereador Antonio Donato, Presidente da Casa, do PT, apoiou as questões, as mudanças que nós fizemos. Aprovamos o zoneamento com uma votação enorme, ou seja, o meu discurso, no zoneamento foi o seguinte: “Não foi do jeito que o Sr. Prefeito... O zoneamento não foi entregue, não voltou do jeito que S.Exa. queria, mas do jeito que a Cidade queria, porque nós fizemos audiências públicas nos bairros”. Ouvimos a população. Havia bairro onde tinham que tirar restaurantes e construir prédios. A população disse: “Vai descaracterizar o nosso bairro”. Então, nós fizemos as mudanças que tinham que ser feitas e entregue o zoneamento, de acordo com o que a Cidade queria. Então, os Vereadores estão aqui para isso. É para isso que serve uma audiência pública.

É essa a minha questão.

O SR. VEREADOR RICARDO NUNES – Obrigado, Presidente Souza Santos.

Sempre uma referência para gente, um Vereador que tem uma bagagem enorme e sempre carrega dentro da sua experiência, a valorização do Parlamento. Então, preside a comissão de política urbana, o que é feito por uma disputa de votos. Não por acordo. Tal é que os Vereadores confiam nele. Quero aproveitar, Vereador Souza Santos, e parabenizar toda a sua condução na Casa, porque é uma referência para nós.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado.

O SR. VEREADOR RICARDO NUNES – Pessoal, me desculpem pelo atraso. Eu

deveria estar aqui desde o início, mas eu estava com uma banca de advogados, por conta daquela situação do Santander, que é uma coisa que eu, em particular, não vou deixar barato. Vai custar caro o que eles fizeram. Foi por isso que me atrasei um pouco.

Escutei pela TV a fala do Presidente Donato – Presidente, a gente fala carinhosamente, porque não o é hoje. Hoje, é o Vereador Milton Leite, mas fica marcado como Presidente pela gestão que fez, com a valorização da Câmara – de fazer essa questão do Fundo. Acho que é importante isso.

A da Vereadora Rute Costa que é o nosso grande presente. É um carinho enorme tê-la na Casa. É uma pessoa maravilhosa. Já fui Vereador com a irmã dela. Agora, a Vereadora Rute está aqui.

Os demais eu não escutei, mas acho que dever ter ido na mesma linha os diálogos.

Eu queria fazer uma síntese de uma situação e, antes, fazer uma colocação: surgiu um boato na última semana – a gente tem que ficar vacinado quanto a isso -, com relação ao Tribunal de Contas estar indo nos Mercados.

Eu estava reunido com Juscelino, Fátima e algumas outras pessoas, quando me chegou a notícia de que alguém do Tribunal de Contas estava indo nos Mercados.

Eu liguei no Tribunal de Contas para entender o que estava acontecendo. Lá, tem cinco Conselheiros. O Conselheiro que cuida do Programa Municipal de Desestatização é o Conselheiro Domingos Dissei, uma pessoa muito responsável, foi Vereador e é uma pessoa muito preparada.

Eu perguntei: “Conselheiro, o que está acontecendo? Por que o Tribunal está indo nos Mercados? Surgiu até um boato que fui eu quem mandou.” (Risos) Olha o nível da maldade.

Ele me falou: “Eu sou o Relator desse processo, e o Tribunal está fazendo um estudo de todos os equipamentos, de todos os setores que compõem o Plano Municipal de Desestatização do Prefeito Doria. Então, nós estamos fazendo um estudo do Pacaembu,

estudo nos Mercados, no Autódromo, nos Parques, enfim, em todos os equipamentos. É um procedimento normal porque o Tribunal de Contas tem que ter subsídio para estar na discussão desse processo”.

Eu já passei para o Marlon, e ele me pediu que falasse com a assessora dela para marcar uma reunião como vocês para explicar tudo isso. Não foi pedido de ninguém, não foi maldade de ninguém, não tem dedo de ninguém. É um processo normal, natural, que está acontecendo. Eu me esqueci do nome da pessoa. É um nome difícil o dela, mas acho que está marcado em reunião. Marcou a reunião com ela? (Pausa) Então, está marcada a reunião com o Tribunal de Contas para deixar as coisas claras.

Vamos lá. Eu queria deixar pontuado nessa audiência.

Vereador Suplicy, nosso grande Senador, o governo tem acertado, do meu ponto de vista, no processo de desestatização. Defendo, absolutamente, o Plano do Prefeito Doria com relação a isso. Já falei isso várias vezes. O que gasta o Autódromo, o Pacaembu.

Vamos pegar o Parque do Ibirapuera: são 26 milhões por ano para manter aquilo. Pode ser que venha uma empresa que pague os 26 milhões para manter em troca de publicidade. Vai ser bom para a Cidade.

Nos Mercados, quem paga a vigilância são vocês, paga a limpeza. Ou seja, os Mercados são superavitários. Eu fiz um requerimento da Comissão de Finanças pedindo para vir informação oficial do valor de TUP. Nós temos a informação de 9 milhões, mas não temos isso oficial. Temos uma apresentação do Secretário Wilson Poit. Ele veio, fez uma apresentação, nos deu um papel informando, mas não temos de forma oficial. Nós pedimos para a Comissão de Finanças que o Governo nos informe oficialmente do tal dos 9 milhões, dos quais gasta 1,5 milhão.

Em síntese, os mercados são superavitários. Em sendo superavitários, a proposta do Governo de tirar da frente esses equipamentos que dão trabalho e prejuízo, que gastam dinheiro, não se enquadra para os mercados.

O Governo bem falou e o Prefeito João Doria falou várias vezes.

E aí tem uma coisa importante porque vocês estão tendo o apoio de vários Vereadores. Eu nunca vi nenhum setor ter apoio de tantos Vereadores. Espero que cada um de vocês reconheça isso do seu Vereador, lá depois, porque é importante também ter essa posição, ter essa contrapartida.

Hoje é segunda-feira, não tem sessão, o vereador que está aqui veio por conta de vocês, não tem sessão hoje. Sessão só amanhã. O importante é que cada um de vocês valorizem seus vereadores, porque há um convencimento de muitos deles de que precisa fazer a defesa – como a Vereadora Edir Sales falou – de quem é o eleitor, a Rute falou, nós fomos eleitos por vocês, mas o principal convencimento é daquilo que é o correto, daquilo que tem convicção do que é bom para a Cidade.

E aí o Governo fala de manter os permissionários, dando a preferência no processo de concessão. Nós fizemos várias reuniões, inclusive com os procuradores da Câmara Municipal, que são procuradores fantásticos, de um nível técnico muito forte. São bons os procuradores da Câmara.

Para dar um bom exemplo, aí fica a minha contribuição para esta audiência pública, o seguinte: é mais ou menos como a lei do inquilinato, se o senhorio tem um imóvel alugado para o João, o senhorio decide vender, chega lá e fala que vai vender o imóvel por 1 milhão de reais. É obrigação falar para o João e dizer que ele tem a preferência. E aí pergunta se ele quer exercer a preferência. O João, o Pedro, ou Manoel – não vou nem falar João, porque pode parecer João Doria. (Risos)

O Felisberto não tem 1 milhão de reais, exerceu a preferência, mas não pode ficar com o imóvel porque não tem 1 milhão de reais. Quem tem é o Joaquim Extra, é o Zé Carrefour, o Walmart. Sei lá quem. Mas foi dada a preferência. Não pode dizer que não foi dada. Só que ele não consegue exercer a preferência.

Então não dá para dizer que podemos ficar tranquilos e votar o projeto de

concessão com a ideia de dar a preferência, por mais boa vontade que se tenha – isso eu falei para o Wilson Poit – não dá para garantir. Porque na hora que soltar o edital na rua, gente, edital na rua é um negócio. Aí vêm as bancas de advogados e os caras vão fazer a aquisição, porque está no mercado, não se tem como garantir mais para ninguém.

Pode falar para o cara o seguinte: eu preciso o total dos 90 milhões, você tem? “Ah eu tenho.”; “Ah eu não tenho.”. E aí? Também ele pode falar que precisa dos 90 milhões em 10 anos. Aí vocês conseguem fazer, a ideia do fundo durante 10 anos, de 9 milhões, por ano. E se ele falar que quer os 90 milhões em um ou dois anos? Já era. Exerceu a preferência só que não consegue, perdeu a preferência.

Isso é uma coisa muito séria que a gente está discutindo e levantando juridicamente, por melhor que seja a intenção que o Governo tenha, ele não consegue garantir para vocês a tal da preferência, porque a lei é para todos. Uma vez colocado o edital acabou.

Aí vem a ideia que nós vimos colocando, o Donato agora enfatizou, não sei se também os demais Vereadores, porque não consegui escutar o discurso de todos, só do Donato para frente, não sei se é dentro dessa linha, mas eu acho que o melhor cenário é fazer o pagamento de por em dobro para criar um fundo, durante 10 anos, deixa uns 90 milhões, retorna para fazer a reforma de manutenção dos mercados, a Prefeitura fica com a atual folha livre e os nove milhões por ano livre e o outro dobrado que vocês pagariam por dez anos consegue retornar para os mercados. E aí em contrapartida o que vocês podem ter: um prazo de permissão maior por dez anos. Eu falei 30, já tem uma discussão jurídica de que talvez não possa dar uos30, possa dar 10, renovados por mais 10, ou seja, a gente tem que se basear muito na questão jurídica do que é possível e o que não é possível, mas o importante de tudo é a gente ter esse diálogo que está sendo muito bom, o governo tem nos escutado bastante, o Wilson Poit nos escutado bastante, precisa agora só por para funcionar e entender que não dá para por os mercados no PL 367, que não há condições de garantia para vocês e a gente precisa discutir a questão de mercado numa legislação específica, depois corrigiu, tem de

corrigir e melhorar as coisas para a cidade, para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Anuncio a presença do Vereador Paulo Frange, nosso mestre em tudo e do Vereador Zé Turim e toda a Bancada do PHS. Tem a palavra Cristiane Costa, Presidente do Conselho de Segurança Alimentar.

A SRA. CRISTIANE COSTA – Bom dia a todos. É um prazer estar aqui para debater um assunto tão importante para a nossa Cidade. Quero começar pontuando algumas questões, na qualidade de quem trabalha em favor da Segurança Alimentar e Nutricional, então, eu gostaria de dizer em primeiro lugar, eu não sei se é do conhecimento de todos, mas a gente consome em média no Brasil, 120 gramas de FLV, fruta, legumes e verduras e pela Organização Mundial de Saúde, nós deveríamos consumir 400 gramas, então, eu trago esse dado, que agente não atinge um terço do que deveria consumir, da importância dos mercados, eles propiciam o acesso a alimentos perecíveis naturais que são tão importantes para a nossa saúde. O que está mais acessível à população, eu participei de uma pesquisa que pesquisou 400 estabelecimentos em regiões de periferia da Cidade e se encontra mais facilmente o produto industrializado. Então, é muito importante o acesso a esse alimento nos mercados. A gente também hoje temos um tema bastante emergente no plano internacional que é o conceito de desertos alimentares, que são lugares que não se tem onde comprar. A gente faz uma conta de uma mulher que anda até 800 metros, não existe linhas de ônibus que percorrem o próprio bairro, então, ela tem de ir a pé, então, até 800 metros existem muitas vezes uma situação de deserto que não tenha onde comprar comida, frutas, verduras e legumes.

Trago isso para mostrar a importância estratégica do mercado, não só do ponto de vista do alimento como uma mercadoria, como um negócio que a nossa cidade é capital da gastronomia, ganha prêmios internacionais, mas abordar essa mesma questão do ponto de vista de que a alimentação desde 2010 foi inserida na nossa Constituição, no artigo 6º, que instituiu a alimentação como um direito humano. Desse ponto de vista, queremos no movimento de segurança alimentar pensar a questão dos mercados envolvidos numa

concepção de política pública. O abastecimento é muito pouco tratado no Brasil porque somos o lugar da comida como negócio, nós temos de fazer também esse esforço no sentido de superar os desertos alimentares, de propiciar um acesso cada vez maior para a população, então, o abastecimento tem essa importância fundamental, porque o abastecimento é o coração do circuito do alimento. O abastecimento une produção e consumo; liga o consumidor com o produtor. Então, nós queremos defender uma política pública de abastecimento que envolva os mercados e que possa fazer uma sinergia com outras ações que acontecem no campo do circuito de alimentos. Por exemplo, que os mercados tenham a produção da agricultura familiar, a produção orgânica, que possam trabalhar a questão do desperdício.

Temos inúmeras cidades no Brasil – Curitiba, Belo Horizonte, Porto Alegre - que têm política, tradição em políticas públicas de abastecimento. Então, eu peço que façamos um esforço de aprofundar melhor essa discussão. Tínhamos um programa que estava começando na Gestão anterior, a Quinta da Economia, que é tabelar os produtos, as frutas mais consumidas e o comerciante explora os demais produtos.

Então, nós do Conselho temos interesse em aprofundar essa questão, no sentido de trabalhar a dimensão pública de abastecimento.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado, Sra. Cristiane.

Anuncio a presença do nosso Vice-Presidente, nobre Vereador Eduardo Tuma.

Antes de ouvirmos o Sr. Geraldo, o Sr. Mário quer fazer um anúncio.

O SR. MÁRIO – Eu me esqueci de falar que, depois da audiência, temos um encontro, lá, no Mercado com a UNA. Então, organizamos algumas coisas lá. É uma manifestação pacífica, de um abraço no Mercado.

Eu me esqueci de falar isso. Obrigado pela possibilidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Geraldo Barros Gonçalves, do Mercado Paulistano.

O SR. GERALDO BARROS GONÇALVES - Bom dia a todos.

Eu tenho visto que as regras do jogo, para o permissionário, estão sendo colocadas de uma forma que, por mais que nos esforcemos, por mais que a UNA tente arrecadar recursos e informações, não conseguiremos nos adequar a esse padrão que o Prefeito tem colocado.

É uma luta de gigantes e não estamos em condições de entrar nessa luta. Os Vereadores têm entendido isso e eu agradeço, aqui, esse esforço, essa dedicação de vocês.

Temos visto que uma das marcas do nosso Prefeito é parceria. E alguns mercados têm buscado essas parcerias. Mas o Poder Público tem impedido essas parcerias. É importante salientar que lá, no Mercado Municipal Paulistano, tentamos parcerias para pintar o Mercado e resolver o problema da infiltração do Mercado, e a Administração anterior simplesmente negou essa possibilidade.

Nós tentamos também resolver o problema da iluminação interna e externa do Mercado e também não tivemos essa facilitação, esse acordo para resolver esse problema. Pelo contrário. Nós recebemos um caminhão da Prefeitura de lâmpadas velhas, que foram jogadas lá no Mercado Municipal Paulistano, para serem usadas.

Quero deixar claro também que a Associação do Mercado, através do seu Departamento Jurídico conseguiu com êxito, junto ao Ministério Público Municipal, a autorização para que fossem cobrados os banheiros, os sanitários lá do Mercado. Que perfil era esse? Nós iríamos deixar dois sanitários gratuitos e os demais sanitários seriam cobrados. Houve parecer favorável do Ministério Público, houve parecer favorável do Jurídico da Prefeitura, só que quando chegou para ser autorizado pelo Prefeito anterior, isso não foi autorizado.

Quero deixar claro também que poderia ser mudado, porque estão ficando muito desagradáveis essas fotos críticas que têm sido colocadas aqui como um buraco no teto, escada rolante quebrada, infiltração. Isso é chato. Muito mau gosto. Talvez pudessem ser colocados os bueiros entupidos, a iluminação precária fora, as ruas sujas, água parada em frente ao mercado. Manifestação na plateia. (Aplausos)

Aliás, a água parada só tem um momento em que para: é quando vai alguma autoridade na frente do mercado que alguém varre aquela água parada e mal cheirosa.

Então isso que vocês mostram é fora do padrão. Talvez pudessem mostrar as pessoas que chegam às 3h, 4h, 5h e 6h para trabalharem, se esforçando, vendendo, ganhando, pagando seus impostos. Talvez seria de bom tom a Prefeitura começar a mostrar e parar de mostrar essas coisas que não têm acrescentado nada às audiências públicas.

(Aplausos)

E para encerrar, gostaria de deixar claro que a participação dos mercados no PL 367 é inviável. A Comissão está formada para sentar, para discutir e acho que vários mercados têm muitas sugestões, os Vereadores estão e são sensíveis a isso. Agora, gostaria de ver a Prefeitura liberando aos mercados essa parceria, há vários modos que vão continuar para os permissionários esse perfil de atuação, porque o mercado tem feito tudo. Só não tem feito mais porque a Prefeitura não tem deixado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Tem a palavra o Sr. Flávio Godoy, Assessor do Vereador Fabio Riva.

O SR. FLÁVIO GODOY – Bom dia. Obrigado, Presidente, venho aqui representando o mandato do Vereador Fabio Riva, que não pôde estar presente. Temos uma presença muito grande na Lapa, Pirituba, Perus, que não tem mercado municipal e vemos que alguns mercados têm vida própria. No caso da Lapa, o mercado sobrevive, gera dividendos para a Prefeitura e no caso de Pirituba já não. É um mercado em que as pessoas lutam para sobreviver.

Então quero trazer aqui a mensagem do Vereador Fabio Riva, que é do PSDB, do nosso Prefeito João Doria, mas a posição do nosso mandato é retirar os mercados municipais do PL 367. (Aplausos)

E a discussão que tem de ser feita com o mercado é diferente do que a que tem de ser feita com outras coisas. Temos o sistema de bilhetagem em que é mais do que necessária a concessão. Temos outros sistemas que geram prejuízos, a intenção do Prefeito Doria é correta e ele está certo em fazer isso. Ele é um gestor, analisou o que pode ser concedido e os mercados municipais entraram justamente porque há uma necessidade de reforma.

Quer dizer, é uma necessidade diferente, não é de se melhorar o serviço. É uma necessidade de reformar o prédio. Acabamos de ouvir agora uma das pessoas que pertence a

UNA, a quem dou parabéns pela mobilização. Estive aqui em todas as audiências públicas, o Vereador participou de algumas delas. Pudemos ouvir a experiência, inclusive, o Vereador Ricardo Nunes e de outros Vereadores.

Como disse a Vereadora Rute Costa, o mandato do Vereador está à disposição de vocês para caminharmos juntos nessa recuperação dos mercados municipais. E a favor de que vocês tenham um projeto de lei separado, discutido de preferência longamente, porque isso não vai poder ser feito em 60 dias, os mercados são diferentes das outras coisas que estão sendo concedidas e cada mercado é diferente entre si.

Era isso o que tinha a falar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Tem a palavra o Vereador Suplicy, nosso sempre Senador. Em seguida o Vereador Paulo Frange, depois nosso Vice-Presidente Vereador Eduardo Tuma.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Caro Presidente Souza Santos, queria cumprimentar os nossos representantes da Prefeitura, Sérgio Cabral e Ricardo Barbieri, saudar a todos os presentes, sobretudo os que formam a UNA e dizer também da importância que avalio dos depoimentos dos dirigentes da Presidenta Cristiana Costa e André Luzi, do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Quero dizer que estou de pleno acordo com as observações e recomendações do meu Líder Vereador Antonio Donato, e gostaria também até de anunciar a presença daquele que foi meu colega Vereador, em 1989 a 1990, e depois Deputado Estadual e, agora, tem um estabelecimento no Mercado Municipal que é o querido Henrique Pacheco, que também está solidário a todos vocês da UNA.

Gostaria de formular aos representantes do Prefeito e do Secretário Wilson Poit, Sérgio Cabral e Ricardo Barbieri, algumas perguntas que avalio são muito significativas para o melhor entendimento das prioridades e do que precisa ser feito. Vou formular as perguntas e encaminhar em mãos para facilidade na hora em que puderem responder.

Quais foram os estudos que analisam os impactos da concessão desses equipamentos públicos na soberania e segurança alimentar e nutricional da população brasileira, paulistana? Atualmente diversas pesquisas demonstram a existência na cidade de São Paulo, conforme a Sra. Cristina Costa aqui destacou, a existência de desertos alimentares onde as pessoas, especialmente as mulheres, precisam caminhar pelo menos um quilômetro para busca de alimentos de qualidade e *in natura*; o que compõe efetivamente uma política pública de abastecimento popular em São Paulo? Quais são os equipamentos que devem compor essa rede? Quais os produtos *in natura* pré beneficiados industrializados devem informar a oferta, e quais critérios devem compor os preços praticados nesses estabelecimentos públicos?

Em relação à soberania alimentar, como a Cidade garantirá o abastecimento da população em situação de falta de preços, catástrofes ou desastre ambiental, concedendo equipamentos dessa natureza à iniciativa privada?

A Prefeitura anunciou que os 14 mercados municipais da Cidade necessitam de investimento da ordem de R\$ 90 milhões segundo reportagem do G1 de 25 de julho. Se hoje as associações de permissionários têm certa dificuldade na gestão dos espaços como atestam os estudos do Executivo para fazer um investimento de tal escala, terá o concessionário autonomia para definir a taxa de condomínio paga pelos permissionários ou estabelecer novas formas de arrecadação?

Há um marco legal para cobrança dessa taxa? Como será a relação dos pequenos produtores que hoje suprem a demanda dos mercados municipais e sacolões? Como garantir a diversidade dos produtos, qualidade e oferta de produtos de base da agricultura familiar, agroecológica, a preços justos? Isso não pode ser matéria de editais, já deve estar referenciado no corpo do projeto de lei em tramitação.

Não seria prudente dado o interesse público estabelecer no projeto de lei que as empresas participantes não tenham fins lucrativos?

A partir da importância do tema da segurança alimentar não é função do Município garantir espaço destinado para ações de economia solidária e subsídio público na compra de alimentos para pessoas cadastradas em programas sociais. Será que podemos garantir o interesse público nos temas na forma do substitutivo? Quais outros serviços públicos devem ser ofertados nesses equipamentos obrigatoriamente como praças de atendimento rápido das prefeituras regionais, serviços essenciais de utilidade pública, programas de microcréditos e de economia solidária, trabalho e renda, etc?

É fundamental a participação da população que utiliza esses serviços. Recomenda-se assim um comitê gestor de cada equipamento para assegurar a transparência, gestão participativa. Como isso pode ser contemplado no texto legal para além do conselho de desestatização já previsto? Deve ser assegurado que esses equipamentos sejam dinamizadores da política municipal de segurança alimentar e nutricional hoje existente na Cidade.

Como texto legal em discussão pode garantir isso? Como a implantação de programas de educação alimentar e nutricional, bancos de alimentos para combater o desperdício de alimentos, bancos de sementes para favorecer a agricultura urbana, compostagem, etc? Quais são as instâncias de controle social desses equipamentos públicos? Como é possível acreditar nos mecanismos de controle não apenas do conselho de desestatização que possuem representantes da sociedade civil, se o próprio conselho municipal de segurança alimentar e nutricional não está sendo devidamente acreditado?

Na verdade, essas questões têm muito a ver com as preocupações do Comusan. O Comusan apresentou algumas sugestões na audiência anterior com base das contribuições da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. De que forma elas estão sendo contempladas pelo relator? São essas as questões que acredito serem de grande interesse para todos os representantes da UNA. E quero cumprimenta-los pela presença, demonstrando tanto interesse nas decisões

que serão tomadas, e Vereador Donato e demais Vereadores. Eu me coloco à disposição, parabéns. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado, Vereador Suplicy. Tem a palavra o Vereador Paulo Frange e em seguida, Vereador Eduardo Tuma.

O SR. PAULO FRANGE – Sr. Presidente, quero cumprimentar a Mesa, pedir desculpas pelo atraso. Estávamos em outro evento ligado à OAB que não podíamos faltar, mas temos aqui o resumo da fala de cada um de vocês, que nossa assessoria fez. Estamos discutindo em alto nível e de uma forma extremamente polida e propositiva. Isso é muito bom.

Eu não estou trazendo solução, estou trazendo a minha preocupação. A gente começa a olhar o decreto 41.425, de 2001, que consolida tudo dos mercados. Olhamos aqui, procuramos por todos os lados, o que foi colocado no decreto do trabalho de vocês que deram oportunidade para que vocês pudessem empreender dentro do mercado, transformar o prédio, iluminar, enfim, tudo aquilo que estamos querendo agora? Nada. Aqui fala do box, vigilância sanitária, do preço, não tem nada. É um termo de permissão, um ato administrativo de uma fragilidade enorme. Termo de Permissão é mais ou menos o seguinte: eu tenho um terreno público do lado do meu posto de gasolina e eu vou à Prefeitura e digo: “Posso estacionar meu carro em cima?”. “Sim”. Então, pelo Termo de Permissão, a Prefeitura pode, a qualquer momento que precisar do terreno, toma-lo de volta. Não tem nem que avisar, são 30 dias, “Tchau” e pronto. Está escrito no Termo de Permissão.

Então, na verdade, vocês não têm nenhuma segurança como permissionários. Vocês investem 20, 30, 40 anos de vida lá dentro – algumas famílias até muito mais -, e não passa de pai para filho, não entra no inventário quando alguns de vocês morrem. O que você coloca lá? Que você está deixando para o seu filho um termo de permissão? Então, não passa.

Essa é mais ou menos a história do artesão, que fica 50 anos numa praça como a Benedito Calixto; quando morre, e aí? Ele só podia usar o espaço para expor sua arte. Isso não é crítica, mas nós caminhamos equivocadamente com esse assunto. A gente não esperava

que fosse ficar tão grande. Agora ficou muito grande e é muito atrativo, todo mundo gosta dos mercados, é um baita de um espaço comercial.

Foi muito bem colocado há pouco aqui que o que temos de curioso nessa situação é que não existe nenhum mercado igual ao outro, cada um tem a cara da região e é produto do trabalho de um grupo de pessoas fragilizadas pelo contrato de relacionamento com a Prefeitura, mas que vende para uma população também muito diferente. Pirituba, Centro, São Mateus têm públicos totalmente diferentes.

Como vamos fazer para nos relacionar? Se permissão não é uma situação legal, boa, porque deixa vocês fragilizados, a concessão me parece extremamente dura com vocês. Por quê? Ouvimos falas que defendem vocês. Aqui vocês têm uma relação muito grande com a Câmara, com os Vereadores; isso é muito bonito. E no ímpeto de tentar ajuda-los, alguém disse: “Nós temos que garantir que vocês tenham o direito”. Ora, basta qualquer advogado recém formado mandar anular essa concessão. Como eu posso começar fazendo uma concessão dizendo que estou garantindo direito para alguém? Ela está viciada, ela está errada administrativamente do ponto de vista de direito. Ora, essa concessão não pode ser conduzida assim. Eu tenho que dar direitos iguais para aqueles que vão disputar esse mesmo espaço.

Então, gente, quando colocaram “Nós vamos garantir para vocês”, essa é uma vontade nossa; mas nós não temos como escrever isso. Na hora em que chegar no Executivo – depois o Executivo pode até me corrigir, porque não sou advogado, mas tenho experiência com isso -, como é que eu posso fazer uma licitação garantindo que quem está lá pode?

O Vereador Ricardo foi muito feliz quando colocou a situação da locação. É verdade. Vejam bem: o Ricardo, quando coloca isso, já está nos tirando da ideia de uma concessão e nos levando para outra situação, em que pudéssemos ter uma relação contratualizada com o Município, na figura de eventual contrato de cogestão, em que quem está lá pode estar conosco trabalhando. Aí, temos a Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo, responsável por vocês, que pode fomentar essa transformação de vocês

que são prestadores de serviços, que são comerciantes em empreendedores, e nos ajudar a calibrar o que precisamos para cada mercado para que ele realmente se torne um ponto turístico, um belíssimo mercado e que se possa fazer uma grande reforma. Mas em parceria com o Município, com responsabilidade de ambos e com contrato assinado em que isso passe a valer cotas. Porque você fica lá por 30 anos formando um ponto, só vendendo só o kiwi gold. Toda vez que alguém quer comprar um kiwi gold, ele vai lá e compra porque sabe que tem ponto, o cara formou o ponto comercial dele. Aí, depois de 40 anos, eu o tiro de lá. Então, tem que valer esse tempo de permanência; não é só o lucro do mês.

Aos membros do Executivo, vejo essa situação com a seguinte posição: em relação às demais situações do Plano de Desestatização, eu acho que a do mercado é mais complexa – e não parecia ser –, é a mais difícil, porque não podemos cometer uma injustiça muito grande com o atacado, com vocês todos. O governo é extremamente sensível a essa matéria; tem tido um cuidado muito grande de acompanhar passo a passo e não impôs nada até o momento que pudesse criar uma ruptura nessa relação.

O que precisamos saber agora é: como é que nós podemos construir essa relação para que não possamos ser impedidos judicialmente na concessão e para que possamos oferecer a vocês mais condições de segurança nessa relação. Provavelmente não vai ser no contrato de concessão, porque não conseguimos vislumbrar como dar garantias para vocês. Eventualmente essa situação pode ser tratada com outra forma de abordagem, por meio de outra forma de tratamento, como a autogestão, transformar cada situação dessas num processo de autogestão, com regras claras, com o tempo bem definido. Existe isso e é aplicável.

Na saúde, por exemplo, o melhor plano de saúde que existe é o da Cabesp, do antigo Banespa, é dos funcionários, que eles mesmos administram. Há planos de autogestão que funcionam melhor do que os outros, porque eles mesmos administram. Nesse caso também, poderíamos partir para uma situação dessas.

Quero lembrar o Executivo de outra ferramenta muito interessante: uma unidade autárquica, que é a descentralização do poder central, a descentralização do Poder Público, que passa a ter autonomia em que cada um de vocês fosse um departamento dessa autarquia.

Posso estar falando bobagem, sim, mas estou tentando achar quais são os caminhos – a autarquia é uma. Temos autarquias de saúde que dão certo. O Servidor, por exemplo, é uma autarquia de saúde; a Embrapa, outra. Há muitas autarquias que funcionam e dão certo; há muitos bons exemplos. As que não dão certo, acabam rapidamente.

Hoje, então, temos uma oportunidade muito grande de refletir sobre esse processo. Não quero me alongar, mas quero compartilhar a nossa angústia com vocês. O que estamos tentar fazer é encontrar um caminho. Como bem abordou o amigo do mercado, são manifestações pacíficas de amor, de carinho, de relacionamento e de civilidade que estamos percebendo aqui. Apesar de esse ser para nós o problema mais difícil, graças a Deus, estamos encontrando o melhor público para dialogar, porque ninguém está quieto e todos estão tentando trazer soluções. Do lado de cá, há 55 Vereadores buscando soluções, porque todos nós temos ligação com um dos mercados ou mais mercados e por isso gostaríamos de ver uma solução para isso.

Enfim, continuaremos trabalhando nesse assunto, porque o tempo é suficiente, ou seja, não existe pressa que vá atropelar esse processo, que deve ser conduzido e produzido, mas também não podemos esperar cinco anos. Há gente demais pensando e, com certeza, vamos encontrar uma solução.

Obrigado, Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado, Vereador Paulo Frange.

Tem a palavra o Vereador Eduardo Tuma.

O SR. EDUARDO TUMA – Bom dia a todos. Primeiramente cumprimento o Vereador Souza Santos, na figura de quem cumprimento todos os membros da Mesa e os que aqui estão.

Confesso a minha ignorância pela falta de tempo de um estudo mais aprofundado sobre o Plano de Desestatização como um todo, o PL 367/17, mas também quero aqui deixar a minha posição muito clara no sentido de ser um pouco crítico a um plano que contemple tantos projetos conjuntamente. Sou favorável ao que nós aqui chamamos de desdobramento, fazer com que cada projeto seja estudado de forma singular, individual porque são projetos complexos, que mexem com a vida de milhares e milhares de pessoas. A Cidade é feita de pessoas e não de prédios. (Palmas)

Temos então de ter uma... Só pra deixar claro, eu sou Vereador do PSDB, o mesmo partido do Prefeito João Doria. E aí, pra dizer especificamente sobre a questão dos mercados municipais, a minha posição é que o tema seja retirado do projeto 367. (Palmas)
Esse vai ser o meu esforço.

Sou posicionado, atuo de acordo com as minhas convicções políticas. Isso é bastante aqui sabido. Então independentemente de ser da base, de ser do partido ou não ser, eu atuo de acordo com a minha convicção. Então é retirar os mercados do projeto 367 e achar uma melhor solução.

Conversando com alguns Vereadores, como foi o caso com o Vereador Ricardo Nunes, que é conhecedor da matéria, nós temos - e aí começo a formar a minha convicção - de não tratar os mercados como concessão, mas sim manter os permissionários à frente dos mercados e daí entender qual é a melhor equação, inclusive financeira para a gestão pública.

Então essa é a minha posição, essa é a minha contribuição.

Quero agradecer, um bom dia a todos.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado, Tuma, pelas palavras.

Creio que agora teremos a fala do Ricardo Bargieri, Secretário Adjunto da Secretaria de Desestatização, para fazer as suas considerações, os seus destaques. Assim obteremos respostas para algumas das questões.

Por favor, Ricardo.

O SR. RICARDO BARGIERI – Bom dia a todos. Primeiro, agradecer a presença de todos. Acho que todos aqui na sala são clientes dos mercados. Em particular, sou cliente dos mercados, fico feliz em ver alguns permissionários que nos atendem há tantos anos.

A Fátima está lá concordando. (Risos) Aliás, a Fátima abriu, foi das primeiras a falar, dizendo que, pelo menos, agora a gente está tendo a oportunidade de discutir o assunto, que é uma grande verdade. Para o bem ou para o mal, estamos discutindo muito o assunto e, sim, as audiências públicas são locais adequados pra discutirmos o assunto, e quantas forem necessárias. Este já é a terceira relativa a mercados e vamos estar absolutamente à disposição, sempre, pra continuar a discussão.

Acho que há uma dúvida que apareceu aqui de forma recorrente: por que os mercados? Por que os mercados estão no plano de concessão? Na verdade, vocês devem ter lido na Imprensa, tempos atrás, que o plano do Prefeito João Doria englobava 55 projetos de desestatização, entre privatizações, concessões e PPPs. Felizmente, esse número hoje é um pouco maior porque, dia a dia, aparecem novas necessidades de desestatizações no âmbito municipal. Mas daquela lista de 55 projetos, claro que ninguém tem braço, ninguém é louco de pegar 55 projetos e atacá-los simultaneamente. Fizemos então uma prioridade. O que é que foi, de fato, levado em consideração para estabelecer essas prioridades?

Não nesta ordem necessariamente e não com os mesmos pesos necessariamente, mas a prioridade foi estabelecida com base em impacto social, impacto financeiro, compromisso de campanha do Prefeito João Doria e celeridade, aquilo que seria rápido ou mais rápido entregar à população. Os mercados não tem um impacto financeiro como você já viu, mas os mercados tem um grande impacto social e os mercados estavam nos compromissos de campanha do João Doria. Não é porque é mais caro, mais barato, ou porque dá lucro ou prejuízo, foram essas as etapas que nós percorremos e nenhuma outra.

Acho que há uma segunda questão recorrente, uma segunda questão recorrente

nesse debate é a questão de segurança alimentar, de garantias de que a população terá após a concessão. Acho que é extremamente consolidado no País a ideia de que conceder não é abandonar, muito pelo contrário, quando o poder público concede alguma coisa, a responsabilidade aumenta, porque há de haver uma regulação e um controle e nós estamos seriamente debatendo nesse momento o tema de regulação, o tema de agências de regulação dentro a Prefeitura. Então, esse é um tema que tem de ficar bastante claro: conceder não é se ver livre de, mas pelo contrário, é estabelecer regras e fiscalizar através de agência reguladora ou de outro mecanismo de regulação que a gente possa criar.

Anoitei tudo, mas não vou conseguir responder a todos as questões, mas o Vereador Paulo Frange falou uma coisa muito correta, que hoje não há segurança nenhuma para o permissionário e isso é a letra do que está escrito. Hoje vocês têm uma permissão que não lhes dá segurança nenhuma. Hoje a gente sabe que existe até, eventualmente, um comércio de pontos que na verdade digamos assim é meio que feito na base do jeitinho. Vocês sabem disso, está certo porque como é que vou vender um ponto que não é meu. O tema de regular e de fazer a concessão através de uma lei tem este objetivo também. Conceder ou dar aos permissionários uma segurança que hoje não existe.

Um terceiro tema que eu queria abordar e que acho que é frequentemente motivo de confusão é o tema dos passos de uma concessão. Em reuniões que a gente teve com o Marlon e mesmo com a Fátima acho que isso foi esclarecido, mas acho importantíssimo todos vocês ouvirem: o PL ele, trocando em miúdos, está pedindo autorização ao legislativo para fazer uma concessão. E, claro, dentro dessa lei, há de haver condições básicas, premissas básicas da lei.

Agora, o que, de fato, vai criar essa concessão será um edital, lá na frente, onde estarão estabelecidas todas as regras de participação para aquela concessão. Até chegar nesse edital, tem uma coisa chamada Procedimento de Manifestação de Interesse, vocês têm ouvido esse termo, não sei se é claro para vocês do que se trata.

O que nós vamos querer é ouvir o mercado, ouvir os agentes de mercado, no sentido de que eles nos forneçam estudos. Estudos esses que poderão ser aproveitados na sua totalidade, parcialmente ou não, para a construção daquele edital lá na frente que irá regrar as formas de participação dos candidatos a essa concessão. Ou seja, de onde a gente está até esse edital há um longo caminho.

Várias das questões que são levantadas não são objeto agora desta discussão, porque nós estamos buscando, com a PMI, exatamente, é ouvir o mercado, através de estudos que nos ajudem a responder essas questões.

Essa é a forma mais democrática que a gente tem de conversar com a população e com os agentes de mercado no sentido de construir esse edital.

Eu creio que isso tem de ficar bem claro: não é neste momento que está se decidindo nada além de fazer ou não a concessão. Este é o momento, vamos fazer a concessão ou não vamos fazer a concessão?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO BARGIERI – Agora, de que forma fazer, há um longo caminho ainda pela frente. Certo?

Eu creio que era isso, tem uma série de questões, mas os pontos...

Eu também tenho uma promessa para fazer aqui para o Sr. Geraldo: eu prometo para o senhor que não vai ter mais foto. (Risos) (Palmas)

- Manifestação do público.

O SR. RICARDO BARGIERI - Isso. Eu penso que as fotos têm um claro objetivo de não ofender ninguém, desculpem. Se foi por esse caminho peço desculpas se alguém se

sentiu ofendido.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Ricardo.

O SR. RICARDO BARGIERI - Não é esse o caminho.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Ricardo.

O SR. RICARDO BARGIERI - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Só um ingrediente. Nós estamos questionando com os Vereadores que foi colocada a questão da preferência. Eu penso que todos falaram dessa questão. Você poderia falar um pouquinho sobre essa questão.

O SR. RICARDO BARGIERI - A questão da preferência foi bastante debatida e foi uma primeira reivindicação de vocês, para que vocês tivessem uma preferência. Evidentemente, evidentemente, todos nós – e isso também foi dito aqui – queremos buscar formas jurídicas, formas que sejam aceitas de que vocês tenham, de alguma maneira, preferência nesse processo.

Uma forma que já está escrita, já está por nós divulgada, é que um eventual novo concessionário há de querer estabelecer formas de manutenção dos permissionários atuais. Isso já está escrito.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO BARGIERI - Isso. Claro que nós vamos e estamos buscando, vamos buscar que maneiras jurídicas existem para garantirmos essa preferência, mas como novamente o Vereador Paulo Frange levantou – acho que foi ele -, temos de ter um respaldo jurídico para fazer isso. Não adianta nada fazermos uma coisa – vocês têm preferência – que no dia seguinte juridicamente isso não tem respaldo legal.

Era isso. Muito obrigado mais uma vez pela participação e tenham certeza de que todo o processo vai ser conduzido dessa forma, democraticamente e vamos continuar

independente das audiências, ouvindo e conversando com vocês. Deixo o convite para que vocês, sozinhos, por mercado, por associação, da maneira que preferirem, nos procurarem. Nós vamos até o mercado ou vocês vêm até a Prefeitura, queremos continuar conversando.

Muito obrigado.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Não. Na Comissão de Política Urbana esgotamos a questão.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – O Governo quer colocar, amanhã tem Colégio de Líderes. Eu ouço a vontade do Governo em pautar amanhã e votar esta semana. É o que estamos ouvindo aí nos corredores. Isso será definido amanhã no Colégio de Líderes, se alguém quiser participar o Colégio de Líderes é aberto, aqui neste andar, na Sala Tiradentes, às 14h. A sala é pequenininha, não cabe todo mundo, umas 10 pessoas eu creio.

- Manifestação na plateia.

O SR. SOUZA SANTOS – A senhora está certa. É verdade. Eu sei. Eu concordo, mas é o Presidente que define e não posso falar por ele. A Casa é de vocês.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Nós não íamos encerrar nada. Primeiro que não está na pauta. Olhe bem, como é o nome da senhora?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Dona Mara, não está na pauta o projeto. Estamos discutindo o projeto em audiência pública. Como Presidente da Comissão de Política Urbana, eu e os Vereadores que participaram fizemos o nosso papel, que é dar legitimidade ao processo na questão da audiência pública.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Audiências públicas, isso. Quem faz a

pauta da Casa é o Presidente. Isso será feito amanhã. A pauta será feita amanhã. Aí entram projetos do Executivo, dos Srs. Vereadores e etc.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Se não me engano tem extraordinária. Provavelmente tenha.

Tem a palavra a Vereadora Rute Costa.

A SRA. RUTE COSTA – A pauta não foi feita ainda. O nosso querido Vereador Donato falou que se pretende. Isso não quer dizer que entrou na pauta. E se entrar na pauta, dentro do plenário, podemos pedir adiamento o quanto quisermos. Então pode ficar tranquilo.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. RUTE COSTA – Vão pedir. É claro. Enquanto não estiver seguro não dá para votar. Enquanto vocês não estiverem seguros, enquanto não houver uma legislação clara, infelizmente não dá para votar. Então vamos pedir adiamento. Vamos segurar, vamos recorrer da maneira que pudermos.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) - As extras estão convocadas para amanhã, mas não tem pauta pronta ainda. Quem faz a pauta é o Presidente da Casa. O Vereador Donato que foi Presidente por dois anos pode muito bem esclarecer as coisas.

O SR. ANTONIO DONATO – Só para ser muito transparente, houve o Colégio de Líderes, onde todos os líderes dos partidos na Câmara se reúnem com o Presidente. É verdade que o Presidente pode fazer a pauta da cabeça dele, mas houve o Colégio de Líderes.

Na reunião passada, o Líder do Governo informou que gostaria de colocar na pauta esta semana o PL 367, então existe uma intenção do Governo de colocar o projeto na pauta. Indo para a pauta, evidentemente que tem todos os mecanismos regimentais: tem que fazer o debate, pode não votar, pode adiar, pode se fazer emenda tirando os mercados, tem uma série de possibilidades, mas isso deve acontecer esta semana, segundo intenção do Líder do Governo na reunião passada.

Agora a questão da mobilização é uma decisão de vocês, de acompanhar o Colégio de Líderes, de acompanhar as sessões plenárias, que podem ser assistidas das galerias, e acompanhar todo o processo, pressionando para tirar os mercados e sacolões do projeto 367. Esse é o caminho, e terão o apoio da Bancada do PT. (Palmas)

O SR. RICARDO NUNES – Sr. Presidente, queria fazer um apelo ao Governo. Nós queremos votar o PL 367, mas sem os mercados. Então, fazer um apelo ao Governo, porque todas as audiências públicas foram muito claras de dizer que não está maduro para discutir a questão dos mercados.

Talvez o Dr. Ricardo, que é um empresário, uma pessoa sensata, possa nos dar a boa notícia de que o Governo vai tomar a iniciativa de tirar o projeto da pauta, e a gente pode votar o PL 367 esta semana sim, sem os mercados. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Nobre Vereador Ricardo Nunes, alguns Srs. Vereadores ouviram, me acompanharam, e fui um dos únicos Vereadores que encampeei a questão de desmembrar o projeto, ou seja dissecar. Eu nasci na roça, e eu via o meu pai matar porco e desmembrar as carnes dos ossos, enfim, vamos desmembrar o projeto, para que nós possamos votar cada um no seu devido tempo. Para que pressa?

Agora há pouco, antes do nobre Vereador Paulo Frange chegar, eu falava que nós fizemos 48 audiências públicas do projeto de zoneamento. Para que pressa? Foi falado na Comissão de Política Urbana quantas audiências forem necessárias. Deixamos o projeto pronto e votamos sem questionamento nenhum, sem dúvida, não pairou dúvida sobre a população tampouco sobre os Vereadores. Foi tranquilo, votamos.

Tem a palavra o nobre Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART – Só para reafirmar o compromisso, a questão da pauta, nós precisamos realmente ter tranquilidade para votar o que vem para a pauta. Tenho certeza que é preocupação também da Secretaria de dar o retorno para nós do que foi discutido em todas as audiências. Por isso que tenho certeza de que não votaremos esse

projeto amanhã, pois acredito que eles não tenham todos os retornos a nos fornecer até amanhã.

E a exemplo do que já aconteceu, como vocês testemunharam o discurso de alguns Vereadores, o mobiliário urbano já foi retirado e foi enviado para esta Casa um projeto específico para discutir o mobiliário urbano. O compartilhamento de bicicletas também já foi retirado do PMI e será discutido um projeto específico sobre o compartilhamento de bicicletas, utilizando um decreto que já foi aprovado sobre aplicativo de veículos. Então eu tenho certeza que o Governo vai nos dar esse retorno. E, após o retorno de que vai ser feito, e, tenho certeza, com a força dos Vereadores que aqui estão têm com a retirada dos mercados, a gente vota o 367 tranquilamente. (Palmas)

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Há mais algum? Pela ordem, Vereador.

O SR. RODRIGO GOULART – A retirada dos mercados; com o compromisso e a garantia de que se vai discutir uma lei específica para os mercados, porque continuar do jeito que está não dá.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Mais coerente.

Vereadora Rute Costa.

A SRA. RUTE COSTA – Alguém subiu ali, eu não guardei o nome dele, e disse que era uma batalha de gigante contra uma pessoa pequeno.

Eu queria lembrar a você que um dia David venceu Golias, e acho que isso vai se concretizar aqui. (Palmas)

O SR. ZÉ TURIN – Sr. Presidente, colegas Vereadores, Vereadoras, bom dia a todos.

Eu quero dizer para vocês que, pelo PHS, vocês já têm o meu voto para retirada desse projeto 367 de concessão dos mercados, mesmo porque eu sou comerciante, eu sei da dificuldade de cada um de vocês. Como nós já discutimos aqui várias vezes, nós somos

favoráveis à votação do 367, mas desde que cada segmento esteja confortável, e vocês não estão. Então não sou favorável à inclusão dos mercados nas concessões. Devemos, sim, conforme os Colegas Vereadores Ricardo Nunes, Paulo Frange, entre outros colocaram aqui, e já vêm colocando nas audiências públicas, que os permissionários não estão seguros. Então, se não tem segurança, e conhecendo o Prefeito João Doria, que é um empresário bem sucedido, muito preocupado em melhorar a qualidade da cidade de São Paulo, eu vejo que o segmento do comércio, vocês, dentro dos mercados, merece, sim, mais respeito, consideração. Então sou favorável, junto com todos esses Colegas Vereadores à retirada, sim, da concessão dos mercados do projeto 367.

Quero aproveitar a oportunidade para dizer que o meu voto é favorável a todo o plano de desestatização que o Prefeito tem, mas sou contrário à concessão dos terminais de ônibus à construção de shoppings populares, que também vai afetar muito o comércio de rua, o comércio formal de rua. (Palmas) Então não podemos nos preocupar só com a questão da concessão dos mercados, e, sim, com a construção de shoppings populares dentro dos terminais de ônibus. Temos projetos interessantíssimos para indicar, como a construção de unidades básicas de saúde, creches, *call centers*, mas jamais a implantação de shoppings populares, que vai afetar, e muito, o comércio local, que muito paga impostos, principalmente os proprietários de imóveis. Já estamos fazendo um esforço enorme para trazer os terminais de ônibus para dentro do comércio local, e agora querem tirar o resto que sobrou para dentro dos terminais. Eu sou contrário. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Sra. Mara, a senhora está contente com as respostas?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – O Ricardo e o Sérgio.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Muito bem. Nada mais havendo a ser

tratado, dou por encerrada esta audiência pública da Comissão de Política Urbana.

Tenham todos uma boa tarde.